

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

28 de outubro a 03 de novembro de 1991 nº12

DAR VOZ A ÁFRICA

Até 30 de novembro, as conferências episcopais de África deverão enviar para o Vaticano as suas respostas ao texto preparativo do Sínodo dos Bispos africanos. Destacam-se no texto as tarefas que se apresentam ao catolicismo africano: diálogo com outras igrejas cristãs, com o Islão e com as religiões tradicionais, anúncio do evangelho e comunicação social.

No continente africano, a percentagem de cristãos tem crescido nos últimos anos, contrariando a queda que se verifica a nível mundial.

O local do Sínodo não está ainda definido. Alguns teólogos e bispos africanos receiam que o Papa convoque a reunião para Roma, retirando desde logo alguma margem de manobra aos que querem avançar na procura de um caminho específico para o cristianismo africano. (p.04)

PAZ MOÇAMBICANA SEGUE A CONTENTO DE ROMA

O porta-voz da mediação italiana, Mário Raffaelli, reafirmou, em Roma, a possibilidade de que a discussão sobre os partidos seja concluída até o final deste mês e que, antes do final do ano, seja possível que se inicie as discussões sobre o cessar-fogo definitivo e as próximas eleições. A questão mais difícil, será o problema dos presos políticos.

Quanto aos projetos de cooperação italiana para a recuperação econômica de Moçambique —, onde particularmente, se incluem as reestruturações dos portos de Maputo e Beira, destinando-lhes cerca de 500 milhões de liras —, continuam como prioridades do governo italiano.

A mediação da Santa Sé, através da Igreja de Moçambique ocorre, devido à vontade e a política do Vaticano de fazer com que as igrejas locais participem dos processos de democratização do mundo atual. (p.26)

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

EDUARDO DOS SANTOS NEUTRALIZA UNITA (Angola)

Eduardo dos Santos condenou a UNITA por impedir "a reposição urgente da administração do Estado" nas áreas por ela controlada e aproveitou a oportunidade para alertar a comunidade internacional para uma eventual impossibilidade de se "realizar o registro eleitoral" em decorrência desta atitude da UNITA. O presidente angolano continua apostando nas deficiências de adaptação da UNITA ao meio urbano. (p.

A afirmação foi feita durante o encontro de Eduardo dos Santos com o presidente Sam Nujoma, o qual buscava aprofundar a cooperação entre Angola e Namíbia (reativação do porto e da ferrovia da província angolana de Namibe) (p. 08)

SOLUÇÕES ATRAVÉS DAS URNAS (Zâmbia)

Os zambianos têm, no dia 31 de outubro, a oportunidade de ir às urnas e mudar o presidente e o partido atualmente no poder, desde a independência em 1964. Caso isso aconteça, será pela primeira vez num país anglófono africano. As eleições zambianas não são, porém, as primeiras sob um sistema multipartidário, pois té 1972 a oposição tinha atuação legal. Espera-se que o MMD (Movimento para Democracia Multipartidária), sob a direção do líder sindicalista Frederick Chiluba, ganhe facilmente. Entretanto, o país defronta uma série de problemas: uma taxa de inflação elevada, uma dívida de US\$ 7 bilhões, e uma dependência absoluta da produção de cobre. Outras dificuldades não acabarão com o resultado das eleições: o atual presidente, Kenneth Kaunda, já falou de uma "guerra civil", caso ele perca; o seu oponente admite estar "com muito medo mesmo." (p. 37)

PORTUGAL É QUARTO EM MOÇAMBIQUE

Somando 10 milhões de dólares (1,45 milhões de contos), atualmente, Portugal é o quarto maior investidor estrangeiro em Moçambique. Este montante — distribuído pela agricultura, indústria, hotelaria e serviços (sobretudo, informática e consultoria) — não representa apenas capitais próprios, pois inclui a utilização de investimentos, empréstimos e linhas de crédito de outros parceiros ou instituições internacionais. O total de investimentos portugueses não ultrapassa os 3 milhões de dólares. (p. 26)

ÁFRICA DO SUL RECUPERA CAHORA BASSA (Moçambique)

O Comitê Conjunto Permanente (CCP), constituído há três anos com o objetivo de relançar Cahora Bassa, anunciou a implementação de um programa de reabilitação da hidrelétrica, em conferência de imprensa realizada na sede da empresa sul-africana de eletricidade ESKOM, em Johannesburgo, no dia 22/10/91. O plano prevê um investimento de 100 milhões de dólares, dos quais 23 financiados pela África do Sul e 45 pela Hália. Neste momento procura-se levantar os fundos restantes junto a entidades internacionais. Segundo o presidente do CCP (que é diretor da ESKOM), Cahora Bassa deverá estimular basicamente o desenvolvimento regional, a África do Sul devendo receber energia somente por volta de 2003; quanto ao acordo com a Renamo, a ESKOM afirma não ter auxiliado o movimento rebelde, obtendo, todavia, a garantia de que as sabotagens terão fim. (p. 25)

Durante o ano letivo de 1989/90 ingressaram nas escolas portuguesas de nível primário e secundário 75.326 crianças e jovens de etnias e culturas diferentes. Os PALOP contribuem com 42.382 alunos. A relação entre países e o número de alunos é a seguinte: Angola (21.245), Moçambique (11.170), Cabo Verde (7.418), Guiné-Bissau (1.405) e São Tomé (1.079). (p. 01)

PORTUGAL QUER DÍVIDAS DOS PALOP TRANSFORMADAS EM INVESTIMENTOS

Inicia-se uma nova fase na renegociação das dívidas dos PALOP para com Portugal, sendo a prioridade a conversão da dívida em investimento português nas empresas destes países africanos. Segundo a matéria, Moçambique deve a Portugal cerca de 345 milhões de dólares, Cabo Verde 138 milhões, Guiné-Bissau 89 milhões e São Tomé e Príncipe 28 milhões [a matéria dá como total dos PALOP 482 milhões de dólares, quando o montante atinge na realidade 600 milhões]. Moçambique e o governo português negociam no momento o terceiro reescalamento da sua dívida, ao passo que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe esperam o "perdão" das suas. O caso de Guiné-Bissau apresenta maiores dificuldades, em virtude do não cumprimento do Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial/FMI. Angola é um caso à parte, por não ser este país devedor; a cooperação passa pela concessão de facilidades comerciais e linhas de crédito. (p. 02)

IGREJA ANGOLANA DEVE MUDAR MÉTODOS

O padre André Lukamba, do Huambo, durante o Simpósio sobre os 500 anos de evangelização de Angola, defendeu a idéia de um novo postulado teológico, que desenvolva um diálogo entre a fé cristã e a cultura dos povos de Angola. (p.03)

CULTURA LIBERTA-SE DO ESTADO (Angola)

É visível a democratização da vida angolana; multiplicam-se o pequeno comércio, as greves espontâneas e as primeiras associações de classe. Estas transformações, que têm um acentuado cunho liberizante, são perceptíveis também na esfera cultural. O Instituto Nacional do Livro e do Disco deixará de editar e importar livros e discos, passando a estimular o surgimento de editoras, tentando coordenar os interesses do Estado, das empresas privadas e das associações de classe. A atual produção artística, já mostra sinais desta liberalização, na galeria de arte Humbiumbi, pertencente a Tirso Amaral, na editora Ler & Escrever, de Luandino Vieira, na montagem da peça "Equus", do britânico Peter Schaeffer, pelo Elinga Teatro. (p. 09)

INCIDENTE COM DELEGADO DA CE (Angola)

O representante da Comissão das Comunidades Europeias em Angola, o espanhol Carlos Gil, causou um incidente ao pretender excluir a UNITA da elaboração dos planos de apoio à reintegração dos militares desmobilizados.

O plano deveria, nos termos dos acordos do Estoril, ser estruturado pelo governo, a UNITA e a CEE. No entanto, Carlos Gil sublinhou que "até à realização de eleições à CEE reconhece apenas um governo — o da República Popular de Angola" (p. 10)

Em entrevista ao Espresso, o ministro das Finanças e do Plano de Cabo Verde, José Tomas Veiga, afirma que, embora a Europa do Leste tenha sido o centro dos debates., o continente africano poderá recuperar o crédito. Para tanto, os países africanos deverão fazer concessões especialmente no que diz respeito à redução de despesas militares (pouco significativas em Cabo Verde, importantes em outros países), sem que isto conduza, a um tipo de "intervenção política que condicione as livres opções internas dos diversos países". (p. 15)

DIREITO EM BISSAU, COOPERAÇÃO COM SUCESSO

A instalação da Faculdade de Direito de Bissau é o fruto da cooperação luso-guineense que teve início em 1990 como auxílio financeiro do Estado Português. A Faculdade de Direito de Lisboa tem dado todo o apoio as difíceis fases de institucionalização e planejamento pelas quais necessita passar a nova instituição até que esta tenha capacidade de criar o seu próprio corpo docente. (p. 18)

CHISSANO DEFENDE PROTOCOLO DE ROMA (Moçambique)

A PAZ NOS TRILHOS DO MODELO ANGOLANO

O protocolo de paz, assinado em 18 de outubro, em Roma, parece ter aberto a possibilidade do exercício de um "governo de gestão" em Moçambique. O compromisso determina que o governo não poderá adotar leis ou medidas consideradas contrárias ao protocolo, se comprometendo ainda a não criar obstáculos aos contatos da Renamo com os mediadores e com os membros da Comissão Mista de Verificação (CMV), e aos seus descolamentos e contatos internacionais. Por outro lado, uma condição "sine qua non", imposta por Maputo, fora aceita pela Renamo: o reconhecimento formal das instituições e das leis em vigor, ambas sob o controle da Frelimo. Chissano, por sua vez, afirmou que a assinatura do protocolo não significou nenhuma capitulação por parte do governo da Frelimo, que permanecerá no poder até as eleições. Mas, alguns acentuam a limitação de soberania sofrida pelo governo, mesmo estando descartada qualquer formação de um executivo de coligação com a Renamo. Sobre a oportunidade de de uma cimeira entre Chissano e Dlakhama, o presidente moçambicano reafirmou que só faria sentido se pudessem definitivamente estabelecer a paz.

Em Roma as negociações prosseguem envolvendo, além da revisão da lei dos partidos e da lei eleitoral, importantes questões militares, como a retirada de todas as forças estrangeiras, a despartidarização das forças policiais do SNASP (recentemente substituído pelo SISE — serviços de Informação e Segurança do Estado, cujos quadros de direção pertencem à Frelimo), a extinção dos exercícios irregulares e a formação de um exército nacional único.

Comparando os processos de paz angolano e moçambicano, a Frelimo parece ostentar certa desvantagem em relação ao MPLA, uma vez que em Angola não se impôs limitações legislativas ao governo, apesar dos esforços da UNITA para transferir à CCPM a iniciativa política durante o período de transição até as eleições. (pp. 22, 23 e 24)

EMPRESÁRIOS PREPARAM-SE PARA A FESTA NO BRASIL (África Austral)

Os grandes homens de negócios da região da África Austral estão tomando a sério as preparativas para o ECO-92, no Rio, no ano que vem. No final deste mês, empresários de África do Sul, Quênia, Zimbábue, Zâmbia, Lesoto, Suazilândia, Namíbia e Botsuana chegarão à cidade de Cabo para assistir a uma conferência sobre o meio ambiente, que constituirá, um passo para a preparação comum para a reunião mundial. Os delegados elaborarão uma "Carta de Empresários", que exigirá que as empresas levem em conta no seu planejamento, ao nível mais alto, o impacto dos seus projectos no meio ambiente. Um representante do ANC assistirá às deliberações da conferência. (p. 31)

NAMÍBIA PREPARADA A DAR TERRAS AO POVO

O primeiro ministro namibiano, Hage Geingob, entregará, em breve, a sua proposta para a reforma agrária ao parlamento, sendo esta baseada nas recomendações de uma conferência nacional sobre o assunto, realizada em julho. Entre as dificuldades enfrentadas pelos conferencistas destacaram-se o papel das autoridades tradicionais africanas na distribuição das terras, a discriminação contra a mulher na atividade agrícola, e a posição dos grandes agricultores comerciais no setor. Estes últimos, majoritariamente brancos, controlam 60 por cento das terras. No entanto, os brancos constituem somente 5% da população namibiana. A conferência recomendou a proibição de posse de mais de uma fazenda, por família, e condenou a subutilização de terras. (p. 36)

ÍNDICE

PALOP-Africa Geral	01-02
Angola.....	03-12
Cabo Verde	13-17
Guiné-Bissau	18-20
Moçambique	21-26
São Tomé e Príncipe	27
África do Sul	28-35
Namíbia	36
Zâmbia	37

42 mil Palop's estudam nas nossas escolas

26 OUT 91

Mais de setenta e cinco mil alunos, nascidos no estrangeiro (de nacionalidade portuguesa ou não), estudaram nas escolas portuguesas do Primário e Secundário, durante o ano lectivo de 1989/90. Desde as salas da pré-primária às carteiras do secundário, estavam a estudar, em 6.795 escolas espalhadas um pouco por todo o país, durante aquele ano, 75.326 crianças e jovens de etnias e culturas diferentes, a merecer atenção especial por se considerarem «as minorias» a integrar no sistema. Diga-se, entre parênteses, que estes dados estatísticos parecem seguir uma linha ascendente, uma vez que os números dos matriculados em Junho revelam que, dos 598.000 inscritos só no primário, mais de 4% (cerca de 25.000) são de «etnias diferentes», segundo revelou o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (SCOPREM). Do estudo compilado em 1989/90 ressalta que a maior fatia daquele total de 75.000 é dos PALOP e de Timor-Leste (os timorenses somam apenas 65 alunos, 48 em Lisboa, 8 em Setúbal, 3 em Santarém, 2 no Porto e 1 em Castelo Branco, Faro, Vila Real e Viseu), «cativando» 42.382. São os angolanos que engrossam esta parcela, com 21.245 estudantes, sentados mais no Secundário (62,41%) do que no Primário (16%). Logo a seguir, estão os moçambicanos (11.170) distribuídos quase igualmente entre a primária e secundária. A terceira posição é dos cabo-verdianos com 7.418 (concentração maior em Lisboa, 67%). Depois perfilam-se os guineenses (1.405) a quem se colam praticamente os oriundos de S. Tomé (1.079). A sua distribuição geográfica é também muito reveladora de determinados «pólos de atracção». Lisboa e Setúbal são os distritos «preferidos» de todos eles para educarem as suas crianças.

Das 5 partes do mundo

Se a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa provocou, naturalmente, o ingresso de uma população muito significativa nas escolas portuguesas, menos literal é a leitura do número impressionante de oriundos de outros países que nelas estão inscritos: 32.944. Mais no secundário (14.669) do que no primário e praticamente ausentes na pré-primária. A explicação mais cabal para esta população estudantil pode ser a de descendentes de emigrantes, decididos a radicar-se na «terra dos seus avós».

Concentram-se, sobretudo, no Porto, e depois em Lisboa e Leiria.

É a França que contribui com o maior contingente, «arrecadando» uma percentagem de 22,8%, logo seguida da Alemanha com 12,9% e seguindo-se o Brasil com 9,7%.

Mas o mapa da sua proveniência cobre praticamente todo o mundo, pois dos Estados Unidos à União Soviética, do México à Zâmbia, da Noruega ao Botswana, da China ao Malawi, da Austrália ao Peru, da Indonésia à Costa Rica, da Arábia Saudita ao Paraguai, do Japão à Venezuela, do Irão a El Salvador, da Guatemala a Israel, há de tudo. O que pode significar que as relações diplomáticas portuguesas estão implantadas por toda a parte e que a sempre invocada «diáspora portuguesa» é um facto. (vide gráfico)

A implantação geográfica destes estudantes varia. Assim, os venezuelanos preferem Aveiro, os alemães Beja, os franceses e os espanhóis escolhem primeiro Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda e Leiria, para depois se espalharem (juntamente com os brasileiros) por Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do

Castelo, Vila Real e Viseu.

Ciganos chumbam mais

Cerca de 3.000 ciganos frequentaram também as escolas naquele ano lectivo (alvo do estudo a que o Semanário teve acesso). Concentraram-se sobretudo na Primária (2.800).

De facto, são quase insignificantes os que andaram na pré-primária (só 5), na secundária (apenas 25) ou no ciclo (119).

Lisboa (com 23,8% daquele total), Bragança (12,5%), Setúbal (9,7%), Porto (9,1%) e Faro (7,9%) são os distritos em cujas escolas a etnia cigana mais se insere.

Em conferência de imprensa, esta semana, para dar a conhecer o próprio SCOPREM e o seu programa de acção, adiantaram-se estatísticas já do presente ano lectivo, provando que as taxas de aprovação mais baixas se registam na etnia cigana, pois não alcançam sequer os 40%.

Por isso, está planeado um esforço para «acabar com o hiato entre cultura escolar e cultura familiar», para que as crianças, seja qual for a sua origem étnica ou cultural, tenham «um aproveitamento semelhante».

Certamente que numerosas

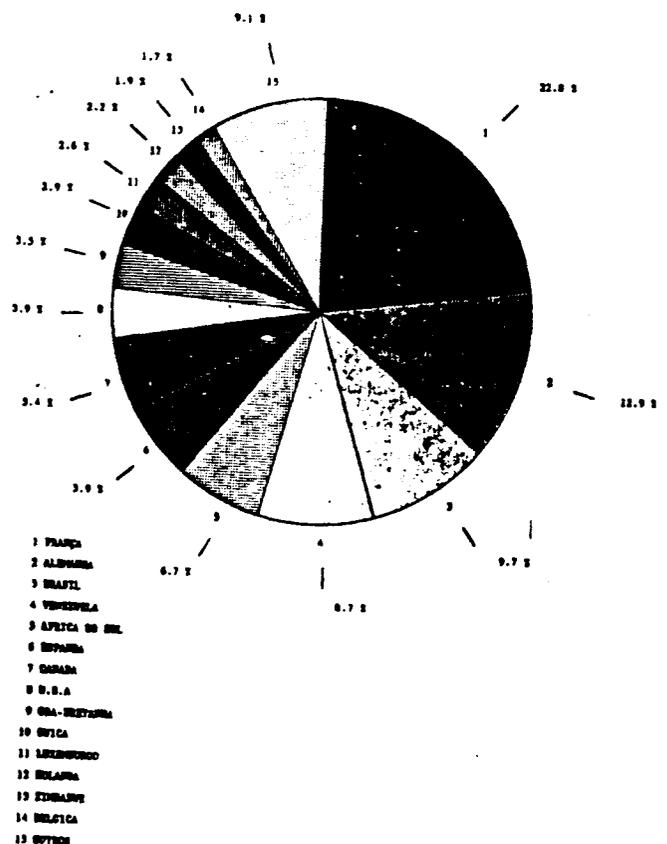
etnias e nacionalidades, lado a lado com crianças e jovens portugueses, originam uma relação de inegável valor para a «educação integral» dos alunos. Mas provocam, também, dificuldades de aprendizagem e problemas de relação. Sinais de intolerância, conflito, racismo, xenofobia levaram à criação do tal secretariado, coordenador de «Programas de Educação Multicultural».

Por outro lado, a integração de crianças e jovens com deficiência no sistema regular de ensino, apesar de politicamente assumida, está longe da generalização e encontra dificuldades fortemente condicionadoras.

Tendo em conta a realidade destas «minorias», Portugal vai apresentar duas iniciativas durante a sua presidência comunitária, visando a convivência interracial, intercultural, plurilinguística e plurilinguística (vide caixa). E o tal secretariado (SCOPREM) vai intensificar o conhecimento da Convenção Europeia dos Direitos da Criança, promover o diálogo e valorizar a diversidade de etnias, nas escolas básicas e secundárias.

Lilia Marcos

PAÍS DE PROVENIÊNCIA



Portugal quer dívidas dos PALOP transformadas em investimento

Paula L. Cordeiro

As renegociações das dívidas entre Portugal e os PALOP entraram numa nova fase. Até final do ano, o terceiro reescalonamento da dívida de Moçambique será objecto de um acordo entre os dois países, enquanto Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe aguardam posição do Governo português. Este, por sua vez, privilegia a transformação dos créditos em investimento português.

Ascende a cerca de 70 milhões de contos o montante da dívida dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) a Portugal. Deste total, apenas cerca de nove milhões de contos correspondem a empréstimos Estado a Estado.

Neste momento, o Governo português está a renegociar o caso mais complicado, ou seja, Moçambique, devendo, até final do ano, ser concluído um acordo com vista ao terceiro reescalonamento da dívida daquele país a Portugal, que se cifra em cerca de 50 milhões de contos, ou seja, 70 por cento do total dos créditos portugueses sobre os cinco PALOP.

«A nossa principal prioridade consiste em transformar a dívida em investimento português nas empresas desses países africanos», afirmou ao DN o secretário de Estado das Finanças, Elias da Costa.

Nesse sentido, têm sido estabelecidos contactos com empresas portuguesas envolvidas em negócios com Moçambique.

Estas, por seu lado, necessitam também de saber qual o desconto que o Governo moçambicano vai dar à mesma dívida, para julgar a atractividade do seu valor.

Em Bangueloque, foram estabelecidos alguns contactos com autoridades dos diferentes PALOP, mas trataram-se de encontros meramente informais, como referiu o secretário de Estado das Finanças, que tem a seu cargo a área da cooperação económica.

«A nossa actuação nesta matéria tem sempre por base os diferentes acordos de cooperação que temos com esses cinco países», acrescentou, salientando que não estava prevista nenhuma reunião formal aquando da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), que decorreu há cerca de duas semanas.

Para além destes empréstimos concedidos pelo Estado português a Moçambique, existe ainda uma dívida resultante dos créditos concedidos ao projecto hidroeléctrico de Cahora-Bassa, cujo valor actual ascende a 200 milhões de contos.

Como referiu ao DN o director-geral do Tesouro, França e Silva, os juros têm estado a ser pagos atempadamente.

Guiné-Bissau com dificuldades

Em relação à Guiné-Bissau, procede-se actualmente à reconciliação dos valores para a reestruturação da dívida, bem como à quantificação dos créditos Estado a Estado. Este país africano regista uma dívida de 13 milhões de contos para com o Estado português. No entanto, existem algumas dificuldades no que respeita à utilização da segunda *tranche* da linha de crédito concedida à Guiné-Bissau do Arranjo Monetário. É que o Estado guineense não tem vindo a cumprir o Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional (FMI).

Cabo Verde solicita perdão

A República de Cabo Verde, cujo montante da dívida referente a Portugal ascende a cerca de 20 milhões de contos, solicitou o «perdão» da mesma, junto do ministro das Finanças, há cerca de um ano, na reunião da Comissão Mista Luso-Cabo-Verdiana. As autoridades deste país africano aguardam desde então a resposta do Governo português, depois da última proposta portuguesa defender a conversão da dívida em moeda local.

Como referiu Elias da Costa, o que está em causa não é o perdão total. Trata-se de aceitar que Cabo Verde venda a dívida a empresários que queiram investir naquele país, por cinco ou dez por cento do seu valor real, o que se traduz, na prática, por uma «perdão» de 90 por cento desse montante.

O Governo cabo-verdiano solicitou igualmente ao Estado português um empréstimo para o financiamento da construção do novo aeroporto da cidade da Praia. Ao que tudo indica, o empréstimo será concedido, aguardando-se a apresentação do projecto, com a indicação da componente financiada por Portugal.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 DE OUTUBRO DE 1991

S. Tomé e Príncipe aguarda resposta

Com uma dívida que ronda os quatro milhões de contos, S. Tomé e Príncipe constitui, entre os países devedores, o que apresenta o menor valor. Talvez por isso, o Governo são-tomense solicitou, na última reunião da Comissão Mista Luso-São-Tomense, realizada em Julho de 1991, um «perdão» algo semelhante ao que foi solicitado por Cabo Verde, aguardando neste momento uma resposta por parte das autoridades portuguesas.

Angola, por seu lado, constitui a única ex-colónia portuguesa onde não existem dívidas Estado a Estado. Com este país têm sido utilizados essencialmente os instrumentos de mercado que estão já ao dispor, ou seja, facilidades comerciais e linhas de crédito, que usufruem normalmente de garantias de crédito por parte da Cosec.

Estado angolano não tem dívidas

O secretário de Estado das Finanças elogiou o Estado angolano pela forma como tem saldado, atempadamente, os juros e as dívidas junto do Estado português.

A regularização destes montantes fica a dever-se à Convenção Financeira relativa ao controlo dos fluxos cambiais. Este acordo surge no seguimento do Evergreen Crude Petroleum Sales Contract, a partir do qual são concretizadas as vendas de petróleo da Sonangol à Petrogal e que foi assinado entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola (BNA).

Para além desta convenção existe uma outra relativa à Cobertura de Riscos de Crédito à Exportação de Bens e Serviços, celebrada entre a Cosec, em nome do Estado português, e o BNA, que contribui também para a actual situação.

Como salientou França e Silva, o reescalonamento da dívida do Estado moçambicano «é prioritária».

A intensificação das negociações nos últimos tempos prende-se «com a melhoria da situação económica em Portugal e à especial atenção que o Governo tem dado à cooperação com os PALOP», considerou.

O director-geral do Tesouro refere que, após uma primeira

fase em que foi dado especial ênfase à cooperação financeira multilateral, o esforço actual vai quase todo no sentido de uma crescente cooperação bilateral.

Igreja angolana deve mudar métodos

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA 22 OUTUBRO 1991

A Igreja angolana deve mudar de métodos, na sua acção evangelizadora. A ideia foi defendida no Simpósio que, em Luanda, debateu os 500 anos

do catolicismo no país. Hoje, tem início a Festa Nacional, com a presença do cardeal-patriarca de Lisboa como legado do Papa.

Perante a superficialidade da primeira evangelização, a Igreja angolana tem, para redimir-se dos muitos males herdados, apenas uma resposta: começar com novos métodos e conteúdos renovados.

A ideia foi defendida pelo padre André Lukamba, do Huambo, no Simpósio sobre os 500 anos de evangelização de Angola, que sábado terminou em Luanda. O Simpósio constituiu a primeira fase das comemorações nacionais da chegada dos primeiros missionários à foz do rio Zaire, em 1491.

Hoje, tem início a segunda fase destas celebrações, com a Festa Nacional, que inclui uma série de iniciativas e concentrações de cristãos. O cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, chegou ontem à capital angolana, para presidir, como legado pessoal do Papa Paulo II, a estes seis dias da Festa.

A nova evangelização de Angola deverá partir, na opinião de André Lukamba, do imperativo de colocar em primeira instância a preocupação de comunicar a fé em Cristo e só depois introduzir os cristãos na vida sacramental. O padre Lukamba defendeu um novo postulado teológico — a teologia da reconciliação, como a baptizou — que desenvolva um diálogo entre a fé cristã e a cultura e vida dos povos de Angola.

Este Simpósio, com os seus quatro dias de debates, constituiu, para a Igreja Católica em Angola, um momento de "necessária confissão", fazendo o percurso da história da missão no país e das suas perspectivas futuras.

A primeira evangelização — que, na opinião do padre Lukamba, termina agora — "foi efectuada pelos missionários vindos de fora, ao passo que a nova evangelização está apenas a ser esboçada pelos filhos da terra, que têm de fazer o levantamento e a releitura do que foi feito até aqui e projectar o futuro."

A finalidade da acção missionária realizada nestes cinco séculos era, conforme referem vários documentos, a de "salvar" ou "converter as almas".

A acção evangelizadora da primeira evangelização, lê-se em outra comunicação, de frei João Domingos, sobre "Teologia da Missão", baseava-se num "exército de missionários [que] partem para arrancar as miseráveis tribos indígenas da atroz escravatura do demónio", como referia uma encíclica de 1919.

Essa "teologia da salvação" falava na "salvação das almas" só para depois da morte, não assumindo o Deus do Antigo Testamento bíblico, que ouve os clamores dos escravos hebreus e decide libertá-los. Era uma teologia, na opinião de João Domingos, que esquecia a vida e a prática dos primeiros séculos da Igreja e não respeitava a perspectiva cristã, que aponta para a salvação total e integral da pessoa humana e dos povos.

Não chamar bem ao mal

Os primeiros missionários esforçaram-se por criar uma Igreja feita à imagem e semelhança da europeia, com todos os valores da sua cultura. "Em vez de se semear a semente, transplanta-se a árvore vinda de outro povo e cultura", afirmou frei João Domingos. Na mesma linha de pensamento, o padre André Lukamba chega a conclusões ousadas: "Não se pode pretender conhecer um povo ou comunicar-se com ele sem captar e entender o seu jogo ou mundo de sinais, o mesmo é dizer, a sua língua ou linguagem", numa alusão ao desinteresse dos primeiros missionários em aprender as línguas nativas.

No contexto da primeira evangelização — afirma — a palavra africana não foi reconhecida, porque não foi aprendida, e por isso não foi usada no anúncio da evangelização. Em consequência, o africano ficou "inconvertido", em muitos casos.

Mais do que arautos do evangelho, os missionários eram "criatos" do sacramentalismo. E criaram naturalmente a religião dos "inconvertidos". Este é, hoje, para o padre Lukamba, o desafio que se coloca à Igreja angolana. As pessoas afirmam acreditar em Cristo, mas não abandonam a religiosidade tradicional das suas culturas, porque "Deus é bom, e o Diabo não tão mau". Tudo devido ao desconhecimento, por parte dos missionários estrangeiros, das línguas africanas e da cultura dos povos a evangelizar na sua profundidade e riqueza. "Tudo isto é um mal que não se pode chamar bem a nenhum título" sentenciava o padre André Lukamba.

Por seu turno, o patriarca de Lisboa, ao chegar ontem a Luanda, falou do "ambiente de fraternidade, paz e de colaboração em ordem ao futuro" que se vive neste momento em Angola. Confessando-se emocionado, D. António Ribeiro fez questão de sublinhar a "estreita" relação que existe entre a Igreja Católica de Portugal e as de Angola e Moçambique.

A Festa Nacional começa hoje com o acolhimento a todos os participantes das 14 dioceses angolanas e aos representantes das Igrejas estrangeiras. De Portugal, estará presente uma delegação de 20 responsáveis, entre bispos, padres e leigos católicos, que também já participou no Simpósio. ■

Dar voz à África

DENTRO DE pouco mais de um mês, até 30 de Novembro, as conferências episcopais de África deverão enviar para o Vaticano as suas respostas ao texto preparatório do Sínodo dos Bispos africanos. Ficarà concluída, assim, a primeira fase daquele que será o mais importante acontecimento da Igreja Católica no continente. Logo depois da sua convocação, em 6 de Janeiro de 1989, pelo Papa João Paulo II, o Sínodo provocou expectativas, pela grande vitalidade que os católicos do continente assumiram nas últimas duas décadas.

África é a área de maior crescimento da Igreja: nos últimos dez anos, a fé católica cresceu, no continente, cerca de 50 por cento (ver

As grandes diferenças das culturas africanas em relação à cultura europeia têm levado os responsáveis da Igreja no continente a ensaiar novos caminhos. Pequenas comunidades de cristãos lideradas por animadores locais, adaptação da liturgia às culturas e aos ritmos africanos, e propostas de formas diferentes de viver o celibato eclesiástico ou o matrimónio cristão são algumas das realidades da Igreja de África.

Estes e outros temas estão presentes nos "Lineamenta", que apontam as linhas de reflexão preparatória do Sínodo. Fazendo uma breve história da evangelização em África, o texto recorda as primeiras comunidades cristãs do Egipto — o único país do continente onde Cristo habitou, como "refugiado" — e da África Setentrional.

Depois da falência dessas igrejas, o cristianismo só voltaria a África nos séculos XV e XVI, com a expansão portuguesa. Os primeiros missionários chegam dentro das caravelas que aportam à foz do rio Zaire em 1491 — facto que a Igreja Católica de Angola está a celebrar e que é louvado nos "Lineamenta".

Mas a segunda fase da presença missionária portuguesa merece bastantes críticas no texto preparatório do Sínodo. Portugal, no século XIX, "preferia frequentemente os seus interesses comerciais à expansão da fé", diz o texto. "As missões portuguesas não consideraram a necessidade de um profundo e cuidadoso conhecimento das línguas africanas, de compreender os costumes e a mentalidade do povo", acrescentam os "Lineamenta", para concluir sobre a missão portuguesa: "A inculturação era carente".

O texto preparatório avança, depois, para as tarefas que se apresentam ao catolicismo africano: diálogo com outras igrejas cristãs, com o Islão e com as religiões tradicionais, anúncio do evangelho, inculturação, justiça e paz, e comunicação social.

O questionário de 81 perguntas sobre os diversos capítulos do texto completa este documento preparatório. Uma vez recebidas as respostas, os 17 bispos — 15 dos quais africanos — do secretariado geral do Sínodo iniciarão o trabalho de síntese, cujo texto dará origem ao "Instrumentum Laboris", o documento de trabalho. Será com base neste segundo texto que os bispos participantes no Sínodo — delegados das respectivas conferências episcopais — debaterão os caminhos da "Igreja na África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000".

1993 deverá ser o ano de conclusão de todo o processo. O local de encontro não está ainda definido. Alguns teólogos e bispos africanos receiam que o Papa convoque a reunião para Roma, retirando desde logo alguma margem de manobra aos que querem avançar na procura de um caminho específico para o cristianismo africano. O padre Arlindo Pinto, actual director da revista missionária "Além-Mar", diz que "cada continente procura a sua linguagem teológica, o seu modo de falar de Deus, do homem e do mundo" — objectivo que se propõem os bispos africanos, neste Sínodo que se avizinha. ■ A.M.

OS NÚMEROS DA IGREJA CATÓLICA

	1985	1986	1987	1988	1989
População	555.326.000	571.946.000	594.177.000	610.697.000	629.973.000
Católicos	72.659.000 (13,09%)	74.988.000 (13,11%)	76.318.000 (13,18%)	81.883.000 (13,41%)	85.610.000 (13,59%)
Bispos	—	481	458	487	488
Padres dioc. e rel	18.058	18.353	18.871	19.269	19.825
Padres por habitantes	1/30.747	1/31.164	1/31.486	1/31.693	1/31.777
Padres por católico	14.024	14.066	—	14.249	14.318
Religiosas	28.066	38.579	40.174	40.789	41.863
Seminaristas maiores dioc. + relig.	10.025	10.708	11.342	12.636	13.433



PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 22 OUTUBRO 1991

Os católicos em África

PELA PRIMEIRA vez, em 1989, o número de muçulmanos no mundo ultrapassou o número de católicos, segundo as estatísticas da agência Fides, da Santa Sé, divulgadas há poucos dias e respeitantes a 1 de Janeiro de 1990. Os números apontam para a existência de 917 milhões de muçulmanos e de 906 milhões de católicos.

De um modo geral, todas as grandes religiões — bem como os que se afirmam sem religião ou indiferentes — estão em crescimento, motivado essencialmente pelo aumento demográfico.

A tendência de aumento percentual do número de crentes confirma-se também em África. O catolicismo deste continente

assumirá brevemente um lugar muito importante no conjunto da Igreja Católica, facto que é confirmado pela convocação de um Sínodo dos Bispos africanos, feita pelo Papa João Paulo II.

No continente africano, a percentagem de cristãos tem crescido nos últimos anos, contrariando a descida que se verifica a nível mundial: de 17,59 por cento, em 1987, para 17,55 por cento, em 1989. Principais responsáveis pela quebra mundial foram a América e a Oceânia, mas em África a percentagem subiu, no mesmo período de tempo, de 13,18 por cento, em 1987, para 13,59 em 1989 (últimos dados disponíveis).

Tendências reveladas por

estes números — sempre relativos, pela própria dificuldade de os basear em contagens seguras, ainda raras no continente africano — são também a diminuição do número de sacerdotes, frades e religiosos, a nível mundial, em contraste com o aumento das vocações originárias de África.

O continente africano passou de 18.058 padres (somando o clero religioso e diocesano), em 1985, para 19.825, em 1989. O aumento do clero registado nestes anos em África apenas foi acompanhado pela Ásia, tendo diminuído em todos os outros continentes. Só nos últimos dois anos disponíveis — de 1988 para 1989 — o número de padres na

Europa, por exemplo, baixou de 228.511 para os 227.042.

Contrariando ainda outra tendência europeia — a diminuição do número de seminaristas — a África registou um aumento, nos últimos cinco anos, de cerca de 3.500 seminaristas (do curso de Teologia, não incluindo, portanto, os alunos dos seminários menores). De 1988 para 1989, o salto foi de mais 797 alunos de teologia.

Também no que respeita aos responsáveis da estrutura eclesiástica — bispos, padres e religiosos — têm aumentado os autóctones. Em 1989, dos novos 33 bispos católicos africanos, só um era estrangeiro. Em 22 países de África, já toda a hierarquia episcopal é católica, mas em muitas outras nações — casos de Angola, Moçambique, Camarões, Madagáscar, Zaire e Nigéria, por exemplo — os bispos são quase todos originários dos respectivos países. ■ A.M.

BFE e BTA participam em empresas angolanas

Lurdes Ferreira

Os bancos BFE e Totta & Açores deverão receber luz verde para abertura das respectivas sucursais em Angola até 31 de Dezembro deste ano. Vão também participar no capital de duas instituições financeiras daquele país. São também os primeiros bancos estrangeiros a entrar no mercado angolano.

Os bancos Fomento e Exterior (BFE) e Totta & Açores (BTA) vão adquirir participação no capital de duas instituições financeiras angolanas, a Caixa Agro-Pecuária e Pescas e o Banco de Comércio e Indústria.

Esta iniciativa é uma das contempladas no protocolo de cooperação financeira ontem assinado entre os ministros das Finanças por-

tuguês, Miguel Beleza, e angolano, Aguinaldo Jaime, consagrando como principal medida a abertura, em Angola, de sucursais do BFE e do BTA, que representam também os dois primeiros bancos estrangeiros a entrarem no mercado financeiro daquele país.

Segundo o acordo, que terá de ser confirmado pelo Conselho de Ministros de Angola, as autoridades deste país comprometem-se a autorizar, até 31 de Dezembro deste ano, a abertura das duas sucursais.

Por parte das duas instituições financeiras portuguesas é manifestado o compromisso de colaborar "pela forma que se julgar mais adequada, na reorganização e reestruturação do sistema financeiro angolano", lê-se no texto do protocolo.

A prevista participação do BFE e do BTA nas instituições actualmente designadas por Caixa Agro-Pecuária e Pescas e Banco de Comércio e Indústria, deverá ser concretizada após a obtenção das referidas autorizações e, segundo o proto-

PAULO CARRICO



Miguel Beleza presidiu ontem, em Lisboa, à assinatura do protocolo

colo, "em condições a negociar com base nos resultados de auditoria independente". É ainda especificado que o governo angolano se compromete a atribuir a estas instituições o estatuto de banco universal.

A "elevada prioridade que a reorganização do sistema financeiro angolano apresenta no contexto das

reformas estruturais", bem como a "importante função que lhe cabe no processo de ajustamento macro-económico" são dois dos pontos sublinhados no preâmbulo do protocolo.

Quanto à presença de bancos portugueses em Angola, deverá constituir, de acordo com os objectivos apontados, "um poderoso

estímulo ao investimento directo de empresas portuguesas em sectores de vital importância para a estratégia de recuperação da capacidade produtiva da economia angolana e para a correcção dos desequilíbrios macro-económicos".

No discurso que proferiu, Miguel Beleza recordou que este protocolo se encon-

tra "estritamente ligado" ao recente acordo de princípio assinado entre o Banco Nacional de Angola, o Banco de Portugal e a Cosec, visando o reforço do âmbito das convenções relativas ao controlo dos fluxos cambiais resultantes dos contratos de venda de petróleo e a cobertura de riscos de crédito à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Angola.

Entre as medidas estabelecidas através deste acordo estão, entre outras, o aumento gradual do limite em capital para a cobertura de riscos de crédito à exportação de bens e serviços de origem nacional para aquele país, o crescimento do limite para os financia-

mentos para regularização dos direitos de crédito de entidades portuguesas sobre entidades angolanas e o reescalamento da dívida de Angola a Portugal. Como contrapartida, o fornecimento de petróleo bruto pela Sonangol à Petrogal é reforçado através do aumento do volume mínimo diário para 20 mil barris. ■

Conferência sobre investimento em Angola, no Estoril

UNITA quer reforçar iniciativa privada

FÁTIMA ROQUE, coordenadora da área económico-financeira da UNITA, disse ontem no Estoril que o seu movimento foi informado pelo Banco Mundial de que "uma companhia internacional deu, através de um pré-financiamento (para investimento), 300 milhões de dólares para ajudar a campanha do MPLA em Angola".

A afirmação foi proferida durante uma conferência sobre o investimento em Angola, promovida pelo Banco de Fomento e Exterior, na presença do presidente deste banco, João Salgueiro, dos ministros do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, e da Indústria, Mira Amaral, bem como de várias dezenas de empresários e outras individualidades.

"São estas situações que queremos evitar na área do investimento estrangeiro em Angola. Queremos impedir a aceitação de projectos caracterizados pela má fé", acrescentou a oradora, apelando para que "nos ajudem a pressionar, no bom sentido, o Governo angolan-

lano, para a formação de uma comissão conjunta (MPLA-UNITA) destinada a analisar os projectos de investimento estrangeiro no país, antes das eleições do próximo ano.

A conferência foi marcada pela ausência do ministro das Finanças de Angola, Aguiinaldo Jaime, que estava convidado, mas não pôde participar devido a impedimentos de última hora. Impedido (involuntariamente) o confronto com a posição do Governo angolano sobre as matérias em apreço, Fátima Roque teve ocasião de apresentar as linhas principais da filosofia económica da UNITA e das orientações para o investimento estrangeiro no país.

Depois de criticar duramente a actuação do MPLA no poder ("a herança deste Governo é 20 por cento da população angolana ameaçada de morte pela fome"), Fátima Roque adiantou os pontos mais importantes do programa económico da UNITA. Este aponta para uma "estratégia gradual" que passa pela melhoria do nível e do padrão de distribuição do

rendimento, pela criação de "um ambiente favorável ao desenvolvimento e à reintegração na economia mundial", o desenvolvimento de "uma economia de mercado socialmente orientada e impulsionada pela iniciativa privada", a promoção de uma classe empresarial angolana, o fortalecimento da produção e a reorientação da procura interna.

Quanto às privatizações, o rápido avanço do processo teria consequências negativas como "fomentar a corrupção", entre outras. Para Fátima Roque, é necessário fazer antes grandes mudanças, por exemplo nas leis da propriedade, liberalização do comércio, aumento da eficiência das empresas públicas, etc.

Sobre o investimento estrangeiro, a oradora afirmou que "os projectos serão encorajados desde que tenham viabilidade económica, tragam benefícios às regiões mais desfavorecidas, transfiram tecnologia para Angola, gerem emprego, facilitem o acesso aos mercados externos, contribuam para equili-

brar a balança de transacções correntes, intensifiquem o uso de recursos nacionais, etc."

Em relação aos projectos já aprovados, a UNITA pretende "ver se obedecem às prioridades nacionais de desenvolvimento, se os contratos são honestos, claros e justificados, e se estão de acordo com os interesses dos angolanos". Se estes critérios foram observados, "óptimo", mas se se concluir que "houve benefícios para os políticos no poder, que houve transferências de lucros desfavoráveis para a economia angolana", os projectos serão revistos.

Sublinhando que não representava o Governo angolano, Vítor Nunes, economista e vice-presidente da TAAG, afirmou porém que "não faz sentido o Gabinete do Investimento Estrangeiro de Angola estar a ver se este ou aquele projecto é ou não totalmente privado" e hesitar indefinidamente. "Temos de ser práticos e aceitar o que venha desenvolver a produção interna do país e trazer resultados a curto prazo". ■

José Gomes Ferreira

MPLA e UNITA aliciam portugueses empresários

SEMANÁRIO

26 OUT 91

"Queremos uma comissão conjunta (MPLA-UNITA) para os assuntos económicos, destinada a analisar os projectos de investimento estrangeiro". Foi este o recado que Fátima Roque, coordenadora para a área económica da UNITA, deixou aos investidores portugueses esta semana na conferência "O investimento em Angola", realizada no Estoril.

O processo de investimento em Angola mostra-se bastante moroso e burocrático, para além da decisão final depender muitas vezes de razões políticas, queixam-se os investidores. Mas é pela política que, no futuro mais próximo, as relações económicas entre as duas principais forças políticas (UNITA e MPLA) em Angola, se irão definir. Fátima Roque ainda deixou outro aviso no ar acerca das empresas que estão a investir em Angola e que tenham relações preferenciais com o partido de José Eduardo dos Santos. E deu um exemplo: "Soubemos de uma empresa internacional que quer investir em Angola e deu 300

milhões de dólares para a campanha do MPLA. Seria total irresponsabilidade da nossa parte, se não puséssemos o investimento dessa empresa em causa". Segundo o *Semanário* conseguiu apurar, este financiamento por baixo da mesa partiu de uma empresa de petróleos norte-americana, e foi confirmado a Fátima Roque por um elemento do Banco Mundial.

Por aqui se tem uma ideia de como os investidores mais ligados ao MPLA serão tratados se a UNITA ganhar as eleições em Angola. Mas em relação aos em-

presários portugueses, Fátima Roque garantiu um tratamento preferencial que, de resto, afirmou já existir. Existem "os angolanos, os portugueses e os estrangeiros", segundo a representante da UNITA para os assuntos económicos.

Quanto ao tema das privatizações, matéria em que os portugueses estão especialmente interessados, a UNITA defende que o avanço rápido do processo poderá fomentar a corrupção. No

entanto, fontes do MPLA garantem que esta história tem que se lhe diga. Trata-se de um trufo que a UNITA quer garantir de forma a pressionar a reconstituição da comissão conjunta para os assuntos económicos. Por outro lado, o MPLA está a seguir uma política económica inspirada pelo FMI e pelo Banco Mundial. Assim, e

nesse quadro, o actual Governo de Angola apenas cumpre directivas internacionais para recuperar e relançar a economia daquele país africano.

No entanto, e apesar da contestação da UNITA, Aguiinaldo Jaime, ministro angolano da Economia, vai mesmo avançar com as privatizações, estando já em estudo avançado o regresso à iniciativa privada de cerca de 200 empresas. Um projecto que está a despertar interesse por parte dos investidores internacionais - incluindo portugueses. Mas é sobre estas questões, que a UNITA reclama uma voz mais activa e daí a proposta de constituição de uma Comissão conjunta para os assuntos económicos.

Luanda: a insegurança após a euforia

Do nosso enviado
Benjamin Formigo

O SENTIMENTO de euforia que se seguiu à assinatura dos Acordos do Estoril e ao fim da guerra em Angola foi substituído, em Luanda, pela insegurança. Quando, meses atrás, o recolher obrigatório foi levantado, após um primeiro período de hesitação, as pessoas voltaram às ruas. Um pouco por toda a cidade começou a surgir o pequeno comércio e esplanadas há muito adormecidas voltaram a abrir. A pouco e pouco os cidadãos voltaram à rua.

A marginal começou a ser limpa e reparada e, entre Março e Junho, Luanda começou a mudar de rosto. O lixo nas ruas diminuiu, muitos buracos nas ruas foram tapados e a iluminação eléctrica voltou a funcionar. Nos bairros perto do centro os miúdos criaram jardins.

Nos últimos meses, no entanto, o tempo parece ter parado. O lixo voltou a acumular-se nas ruas, a recuperação da cidade não continuou a movimentar-se com a dinâmica que parecia ter adquirido e, à noite nas ruas, o trânsito diminuiu.

Com a aplicação dos acordos de paz, as forças militares que à noite patrulhavam as ruas da capital recolheram aos quartéis. A criminalidade subiu e pequenos roubos são precedidos de homicídio com demasiada frequência.

A polícia defende-se argumentando com a falta de meios. No entanto, há quem sugira que «com os problemas surgidos com acusações feitas pela UNITA de que a polícia perseguia os seus militantes ou simpatizantes e o atraso no funcionamento da comissão de verificação da neutralidade da polícia houve uma demissão de funções».

Na verdade, segundo fontes da CCPM — a Comissão Conjunta Político-Militar — o organismo de cúpula que supervisiona a aplicação dos acordos (a comissão responsável pela neutralidade da polícia, integrando representantes do Governo, UNITA e ONU) ainda não conseguiu reunir e definir o seu funcionamento. A responsabilidade do atraso é imputada à UNITA. Todavia fontes independentes salientam que as reuniões a que os delegados da UNITA não compareceram coincidiram «com os preparativos da chegada a Luanda de Jonas Savimbi».

O ambiente tenso da capital é agravado pela guerra verbal entre Governo e UNITA, que se acusam mútua e publicamente. «Os dois maiores partidos entraram em campanha eleitoral aberta», comentou um diplomata acrescentando: «Uma conquista de eleitorado que não está a ter em conta a situação de

conflito que este país viveu durante os últimos 15 anos».

E um intelectual angolano recorda afirmações do secretário de Estado Durão Barroso numa conferência há alguns meses, sobre as vantagens de um Governo de reconciliação nacional: «As pessoas não estão preparadas para assistirem a esta guerra verbal sem começarem a reviver os fantasmas de 1975 e tanto o MPLA como a UNITA estão neste momento numa campanha demasiado violenta».

Atrasos no regresso aos quartéis

Entretanto, no âmbito da CCPM os trabalhos continuam a decorrer com atrasos relativamente ao calendário inicialmente previsto. «As duas partes têm demorado na apresentação das suas propostas em vários domínios e quando o fazem não conseguem frequentemente chegar a acordo».

Dá que os observadores portugueses estejam a assumir, a pedido das duas partes, um papel cada vez mais activo, apresentando soluções de compromisso. O último documento apresentado por Portugal foi a calendarização de todo o processo que irá conduzir «a eleições livres e justas», desbloqueando-se assim uma questão que se vinha arrastando há meses sem que as partes chegassem a acordo.

Esta semana, Governo e UNITA concordaram na libertação «incondicional» de todos os presos, acabando mais um contencioso que se arrastava. Por terminar está porém o acantonamento das tropas que cada vez se afigura mais delicado.

«Há soldados acompanhados da família cuja manutenção é necessário garantir. Por vezes as tropas encontram-se perto dos locais de acantonamento mas ainda não estão estacionadas porque a logística ainda não foi definida», explicou uma fonte da CCPM. Por seu turno, fontes próximas das Nações Unidas sublinham a necessidade de garantir a alimentação das tropas acantonadas «para evitar que possam ocorrer desmandos».

A ONU conseguiu desbloquear verbas para assistência humanitária às tropas, mas o regresso final aos quartéis, ao contrário do que os militares sustentavam em Junho passado, demorará ainda algum tempo.

Uma situação que muito pouco contribuiu para a criação de um ambiente de confiança num país onde, a acreditar nos boatos que correm, os cidadãos procuram ter em casa uma arma «para se protegerem», por vezes já foram usadas em inúmeros crimes passionais.

Eduardo dos Santos 'neutraliza' UNITA

A DESLOCAÇÃO que a meio desta semana o Presidente Eduardo dos Santos efectuou à cidade do Lubango poderá ter sido como objectivo arrefecer a euforia eleitoralista dos simpatizantes da UNITA, que se seguiu à recente digressão de Jonas Savimbi ao Sul de Angola.

Visando aparentemente o aprofundamento da cooperação bilateral entre a Angola e a Namíbia através de um encontro ao mais alto nível com o Presidente Sam Nujoma, a visita de Eduardo dos Santos marcou o reinício da ofensiva política do Presidente pelo interior do país, exactamente pela localidade onde o líder da UNITA teve o acolhimento menos caloroso.

A Huíla é uma região tradicionalmente afectada ao MPLA e

não foi por acaso que Eduardo dos Santos escolheu o Lubango. O Presidente não deixou de emprestar um sôlego eleitoralista às suas declarações, condenando abertamente a UNITA por impedir «a reposição urgente da administração do Estado» nas áreas por si controladas.

A favor da estratégia presidencial jogava um outro factor. Eduardo dos Santos convidara para o Lubango Sam Nujoma, um velho amigo que, ao longo da guerra em Angola, foi hostilizado pela UNITA e que agora não se mostra muito receptivo a colaborar com Savimbi.

Num tom acentuadamente grave, o Presidente reagiu à ocupação de quatro municípios que a UNITA insiste em

manter à margem do controlo da administração central: «Não pode haver democracia com intimidações e desmandos», advertiu Eduardo dos Santos, durante um comício que reuniu milhares de pessoas, no Lubango. O Presidente parece cada vez mais apostado em explorar as deficiências de adaptação dos rebeldes ao meio urbano. Não estranha assim que tenha aproveitado a oportunidade para alertar a comunidade internacional para uma eventual impossibilidade de se «realizar o registo eleitoral se a administração do Estado não for instalada em todo o país, se não se puder circular livremente, se não se discutir com as populações sobre as eleições» e se aquelas «não tive-

rem liberdade de expressão».

Abertura económica com a África do Sul

De acordo com algumas fontes, Eduardo dos Santos terá discutido com Nujoma novas bases de cooperação entre a Namíbia e Angola, visando em definitivo desbloquear, com recursos financeiros mais rentáveis e circuitos de transporte mais expeditos, a questão do abastecimento logístico às populações daquela região do Sul do país. Nujoma não esperou pela demora e aproveitou a oportunidade para refutar as acusações da UNITA, de que o seu Governo estaria a ser pressionado por Luanda para impedir a passagem de fornecimentos logísticos destinados às populações controladas pelos rebeldes.

No Lubango, Angola apresentou uma carteira de contrapartidas para o desenvolvimento do Norte da Namíbia, a partir da reactivação do funcionamento do porto e do caminho-de-ferro do Namibe, capaz de impulsionar a cooperação entre os dois países no domínio das pescas. Fontes próximas do Governo de Luanda disseram ao EXPRESSO que o encontro entre Eduardo dos Santos e Sam Nujoma terá precedido a revisão do acordo entre os dois países sobre o aproveitamento do rio Cunene, visando a construção de uma nova estação hidroeléctrica a partir da barragem do Calueque, destruída durante a guerra, e que facilitaria o fornecimento de energia ao Norte da Namíbia.

Um quadro de cooperação a estabelecer com a África do Sul, na sequência das recomendações da recente cimeira da Commonwealth, figurou igualmente na agenda dos dois Presidentes, que se mostram agora mais flexíveis à abertura económica com Pretória.

Jornalistas desejam sindicato independente

UMA PLATAFORMA de três pontos remetida esta semana ao Conselho de Ministros defende pela primeira vez em Angola a criação do primeiro sindicato livre dos jornalistas. O documento, subscrito por um número expressivo de profissionais de comunicação social, exige do Ministério da Informação o fim «de tutela asfixiante do poder», expressa numa «incontida governamentalização dos órgãos de comunicação social do Estado».

O pacote apresentado pelos jornalistas, segundo um observador independente, encerra o culminar de um clima de desinteligência provocado pela política do actual ministro da Informação, Rui Carvalho, qualificada como defensora de «manipulação e ingerências», que dão cobertura «a precedentes de incalculado prejuízo na sua actividade», exposta «ao clientelismo político e ao livre arbítrio».

Na sequência deste conflito, os jornalistas exigiram a intervenção do Conselho de Ministros para acelerar a imediata constituição do Conselho de Comunicação Social, a promulgação das leis do tempo de antena e de rádios comerciais, bem como a implementação dos conselhos de redacção.

A indefinição do estatuto oficial do jornalista e a ausência de uma tabela remunerativa e de

direitos sociais compatíveis com a profissão são reconhecidos como obstáculos ao livre exercício do jornalismo.

Sobre o Ministério da Informação, que é acusado de «atizar conflitos internos nos órgãos de comunicação social do Estado», pesa ainda a responsabilidade de pretender impor uma política de «desrespeito pela independência editorial e de autonomia de gestão dos meios de informação» e de promover o contínuo «recurso à censura, o afastamento de profissionais competentes e a rotulação injuriosa de certos profissionais».

O documento, que teve a aprovação de uma plateia heterogénea de jornalistas dos órgãos estatais, condena o silenciamento das direcções destes face ao clima de intimidação e perseguição que recai sobre alguns profissionais da informação. Qualificando o alinhamento do actual secretário-geral da União dos Jornalistas Angolanos, Miguel de Carvalho, de meramente folclórico, a plataforma recomenda a urgente definição do estatuto do jornalista e a promulgação do respectivo código deontológico, ao mesmo tempo que questiona os critérios que têm sido utilizados na atribuição de carreiras profissionais por aquela organização.

G.C.

Gustavo Costa

Angola está em plena revolução democrática. Todos os dias surgem nas principais cidades faixas coloridas divulgando novas siglas partidárias; dirigentes políticos até aqui desconhecidos esforçam-se por cativar a atenção dos jornalistas, promovendo encontros no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, em Luanda, ou deslocando-se directamente às instalações do "Jornal de Angola" ou da Rádio Nacional. Os militares da UNITA passeiam curiosos e desconfiados pela capital mas já pouca gente repara neles. Um pouco por todo o lado multiplicam-se os restaurantes, as lanchonetes, o pequeno comércio e as empresas de prestação de serviços. Greves espontâneas propagam-se como cogumelos, ao mesmo tempo que se instituem as primeiras associações de classe.

Acompanhando a regeneração do tecido político, económico e social surgem também sinais de uma certa revitalização cultural. A cultura liberta-se lentamente da tutela do Estado, as manifestações culturais diversificam-se e a perplexidade inicial perante o desmoronar da utopia marxista e do próprio regime angolano — apoiado até há muito pouco tempo por uma larga franja de intelectuais — cede lugar a uma outra mentalidade, caracterizada por uma maior tolerância e abertura ao mundo.

A democratização da cultura

Tirso Amaral, de 32 anos, é um exemplo do sucesso da iniciativa privada na área cultural. Artista plástico e produtor de arte, como gosta de se apresentar, Tirso é proprietário da única galeria independente em todo o território angolano, a Humbiumbi. Trabalho não lhe falta: "Desde 1969 que tenho a galeria sempre ocupada e vai fazer um ano que entrei num ritmo de duas exposições por mês", afirma. Na sua opinião, a pintura angolana está a atravessar uma fase de grande criatividade: "As pessoas sentem-se agora mais motivadas, até financeiramente, e muitos jovens artistas estão a assumir-se como profissionais".

Em média, um quadro vendido na Humbiumbi ronda os 400 dólares (cerca de sessenta contos), mas os mais caros podem atingir os 4000 dólares (cerca de seiscentos contos), preço fora do alcance da generalidade dos angolanos, razão por que a maioria das obras expostas na Humbiumbi são adquiridas por estrangeiros. Este facto, segundo

Tirso, é preocupante: "Quando um dia quisermos fazer, aqui em Angola, uma retrospectiva da pintura do pós-independência não vamos ter absolutamente nada!", afirma em jeito de alerta.

Tirso Amaral chegou a integrar a direcção da União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP), uma das muitas "organizações de massas" criadas pelo regime angolano após a independência do país, em 1975. Hoje, porém, entende que esta instituição deixou de fazer sentido: "A UNAP transformou-se num organismo pesado, burocrático e pouco criativo. Em termos orgânicos é autónoma mas na realidade depende do Estado e na prática não funciona. Os artistas ligados à UNAP ou são burocratas ou artesãos, todas as tendências individuais foram reprimidas". Quanto ao papel da Secretaria de Estado da Cultura na promoção das artes plásticas, Tirso não é menos crítico: "Não nos dá qualquer apoio!".

A falta de comparência do Estado pode explicar-se, em certos casos, como uma opção política. Assim, segundo o escritor Arnaldo Santos, actual presidente do Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), este organismo terá deixado de editar e importar livros e discos por ter concluído não ser essa a sua real vocação: "Os primeiros estatutos do INALD determinavam que este tivesse uma acção demasiado dirigista sobre o movimento editorial, o que se compreendia por razões de ordem ideológica, concretamente pela existência de um sistema de partido único. Hoje entendemos que o INALD é fundamentalmente um órgão de orientação e de coordenação das tarefas ligadas ao movimento editorial, tanto na área do livro como do disco. O INALD visa portanto coordenar as várias actividades que existem na área editorial. A ideia é estimular o surgimento de editoras, tentando coordenar os diferentes interesses: os do Estado, os das empresas privadas e os das associações de classe".

Abertura ao mundo

A União dos Escritores Angolanos (UEA), entidade privada, criada em Novembro de 1975 e responsável pela publicação de centenas de obras literárias de autores nacionais, não está ainda legalizada embora se preveja que continue a ser a mais importante editora do país. Curiosamente, a primeira e até agora única editora legalmente registrada, a Ler & Escrever, é propriedade de Luan-

dino Vieira, secretário-geral da UEA. A nova editora pretende privilegiar o livro escolar, eventualmente associando-se a empresas portuguesas, mas mantendo uma colecção literária. O título que Luandino escolheu para abrir esta colecção, "O Jardim das Dáscalos", de Maria Alexandre Dáscalos, é particularmente significativo enquanto proposta estética e ideológica. Neste belíssimo livro de poesia de Maria Alexandra — uma jovem natural do Huambo, de ascendência grega e portuguesa — nada existe de comum com o passado; o seu lançamento parece demonstrar que, ultrapassado o furor nacionalista (nas suas vertentes ingénua, épica ou panfletária), os autores angolanos se começam enfin a abrir para o universo.

Também no teatro prevalece idêntico sentimento de abertura. No início deste ano, ao levar à cena a peça "Equus", do britânico Peter Schaffer, o Elinga Teatro despoletou uma curiosa reacção de racismo e xenofobia entre alguns sectores, chocados com o facto de um grupo angolano ter decidido "encenar uma peça europeia". No entanto, a peça teve público durante todas as sessões, revelando-se um dos maiores sucessos do teatro angolano pós-independência. Maria João Gonot,

outra jovem natural do Huambo, responsável pela cenografia de "Equus", afirma que aquilo que a fascinou no texto de Peter Schaffer foi exactamente a sua universalidade: "É uma peça incrível porque trata dos Homens. Não é uma peça europeia; é sim uma peça de um autor europeu". Para Maria João os ataques de que a peça foi alvo prendem-se com a sobrevivência de "um africanismo parvo", resultante "dos 15 anos de encerramento sujeitos".

A montagem de "Equus" é também exemplar da forma como os grupos independentes conseguem sobreviver sem apoio estatal. Não tendo obtido da Secretaria de Estado da Cultura qualquer resposta aos seus pedidos de subsídio, Maria João Gonot recorreu ao patrocínio de uma grande empresa angolana que disponibilizou para o efeito um milhão de quanzas (cerca de 200 mil escudos); entretanto, com parte das receitas de bilheteira, o Elinga Teatro criou um Fundo de Apoio ao Teatro do qual tenciona servir-se para viabilizar projectos futuros. As embaixadas, organizações internacionais e algumas das principais empresas públicas têm vindo também a apoiar uma série de iniciativas na área cultural. ■

Grupo de finalistas da Católica trabalhou em leprosaria angolana

Um grupo de alunos da Universidade Católica deslocou-se este Verão a Angola, onde pôs em prática o Projecto Gasáfrica, trabalhando junto de leprosos e nos núcleos dos arredores de Luanda

TEMOS A NOÇÃO exacta das dificuldades, mas ficámos a amar aquela terra e queremos voltar», comentaram Sofia Fávila Vieira e Jorge Líbano Monteiro, ambos de 22 anos e finalistas da Universidade Católica, exprimindo assim o sentimento que os liga a Angola e ao seu povo depois de uma experiência ali vivida este Verão.

Fizeram ambos parte do grupo de cerca de 36 universitários, membros do Grupo de Acção Social da Universidade Católica, GASUC, que em Angola pôs em prática o Projecto Gasáfrica, o qual foi dirigido por Jorge Líbano Monteiro.

De 3 de Agosto a 25 de Setembro, trabalharam na leprosaria do Kinfangondo, a 40 quilómetros de Luanda, onde se encontram 60 leprosos e seus 70 familiares, 16 dos quais são crianças; no hospital civil de Luanda, Josina Machel; na Pensão de Mutilados de Montes Claros, em Viana e no museu de do Palanca.

De tudo fizeram um pouco, desde limpezas a trabalhos na construção civil, passando pelo tratamento de doentes e apoio moral aos doentes e às famílias.

«O Hospital Josina Machel é um caos, onde não há qualquer dignidade, só grande desprezo pela vida humana. Lá pode-se morrer de uma bebedeira. Os medicamentos são poucos. Os médicos diagnosticam a doença e os familiares do doente têm de comprar os medicamentos fora do hospital. Enquanto arranjam e não arranjam os medicamentos, o doente pode morrer», comentaram sobre a parte da experiência angolana que mais os impressionou. Contaram também que na leprosaria o único apoio aos doentes é dado por freiras. «Ao princípio, os médicos iam lá, mas os medicamentos desapareciam. Então as freiras começaram a dar aos médicos e porção de medicamento absolutamente necessária para os doentes. A partir daí, os médicos deixaram de aparecer na leprosaria.»

Esta foi a segunda vez que uma delegação do GASUC se deslocou a Angola, com apoios de empresas portuguesas, nomeadamente petrolíferas. A experiência entusiasinou-os tanto que alguns pensam lá voltar, para implantar a Universidade Católica.

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE OUTUBRO DE 1991

Angola Incidente com delegado da CE

Do nosso enviado
Benjamim Formigo

O REPRESENTANTE da Comissão das Comunidades Europeias em Angola causou esta semana, um incidente, ao pretender excluir a UNITA da elaboração dos planos de apoio à reintegração dos militares desmobilizados.

O plano deverá, nos termos dos Acordos do Estoril, ser estruturado pelo Governo e UNITA, em concertação

com a CEE. No início da reunião, a meio da tarde de segunda-feira, o espanhol Carlos Gil, representante da Comissão Europeia sublinhou que «até à realização de eleições a CEE reconhece apenas um Governo — o da República Popular de Angola».

Estas declarações provocaram imediatos protestos da UNITA, mas Carlos Gil sublinhou que a Convenção do Lomé determina que as ac-

ções comunitárias sejam canalizadas através do Governo. «O representante da Comunidade parecia não conhecer os textos dos Acordos do Estoril, a concertação do programa de inserção social não pode ser imposta pelo Governo, tem de ser estruturada em conjunto e a Convenção do Lomé não é aplicável neste caso», comentou ao EXPRESSO um diplomata comunitário.

Durante a reunião, o delegado da CE deixou saber que os dois técnicos portugueses contratados por Bruxelas para fazerem o levantamento da situação haviam já visitado, por instruções suas, quase todas as unidades governamentais. Por falta de instruções, os técnicos não entrevistaram o membro da UNITA. «Mais grave que tudo isto foi o facto de a CCPM desconhecer que os técnicos da CEE já estavam a traba-

lhar», explicou um delegado à CCPM, sublinhando que na reunião de 18 de Outubro «os observadores portugueses haviam sugerido uma reunião do Grupo Técnico para os Desmobilizados com a presença da CEE».

Durante a reunião, um dos técnicos anunciou que estava pronto o estudo preliminar com a estratégia geral de orientação para a reinserção social dos desmobilizados. A UNITA voltou a protestar,

insurgindo-se por não ter sido informada pela CEE da actividade que estava a desenvolver e pelo estudo ter sido feito tendo em conta apenas o lado governamental.

O representante do Governo, coronel Andrade, tentou minimizar a situação explicando que os efectivos governamentais eram superiores aos da UNITA e concordando que os representantes da CE deveriam ter analisado também o outro lado da situação.

Luanda justifica «não» à Cimpor

Aguilar dos Santos

Correspondente em Luanda

A opção do Governo angolano pelo consórcio nórdico Scacem, em detrimento de firmas portuguesas na constituição de uma empresa mista de cimento, deveu-se a garantias recebidas da montagem de um quarto forno, que assegure a expansão, no futuro, da Cimangola.

Quem assim justificou a decisão do Executivo de Luanda foi o secretário de Estado dos Materiais de Construção, José Pedro de Moraes, que também recordou anteriores investimentos dinamarqueses na nova ponte-cais e na fábrica de sacos para a Cimangola.

Outro factor de justificação apontado pelo Governo angolano é o facto de a Dinamarca — cujos interesses estão representados no consórcio, formado pelas companhias Scacem, Ifu e Swadfund — ter concedido à Cimangola, desde 1981, doações e crédito bonificado no valor de 182 milhões de coroas.

José Pedro de Moraes reconheceu, todavia, que as propostas portuguesas eram aceitáveis para um concurso internacional, o que vem adensar ainda

mais as suspeitas de que os portugueses teriam sido afastados por processos pouco transparentes.

Agências de apoio ao desenvolvimento no Terceiro Mundo, a Danida, a Norad e a Swadfund, respectivamente, da Dinamarca, Noruega e Suécia, ter-se-ão, segundo o governador angolano, comprometido «a gerar um fluxo de financiamento em condições extremamente saudáveis, garantindo à nova Cimangola poder operar com um serviço de dívida externa bastante reduzido.

O consórcio português, liderado pela Cimpor, Secil e Banco de Fomento e Exterior, sente-se lesado com a decisão angolana, pois afirma estar em condições para ganhar a disputa.

Recentemente, contra o que tem sido prática em Angola em questões económicas, o Gabinete do Investimento Estrangeiro expressou publicamente o seu descontentamento por ter sido afastado da avaliação final do concurso e a Rádio Nacional de Angola revelou que o consórcio português vai apresentar recurso ao chefe do Governo, que é também o Presidente da República, solicitando uma reanálise da situação.

Angola assina

Miguel Beleza e Aguinaldo Jaime, ministro das Finanças de Angola, assinaram esta semana em Lisboa um protocolo para a abertura das duas primeiras sucursais de bancos estrangeiros em Angola, ambos portugueses. Assim, o Banco de Fomento e Exterior e o Banco Totta & Açores foram as primeiras instituições de crédito autorizadas pelo Governo daquele país africano.

domingo, 20 de Outubro de 1991

Larápios "visitam" gabinete de Ministro

O Gabinete do Ministro angolano dos Petróleos, engenheiro João Landoite, foi assaltado na segunda-feira pela calada da noite.

Uma fonte disse à AIM em Luanda que os trabalhadores daquela instituição foram surpreendidos com a desarrumação e destruição do compartimento e arquivos do Ministro.

A mesma fonte adiantou que do Gabinete do Ministro desapareceram ou foram destruídos documentos, mas os assaltantes não retiraram nenhum objecto.

A polícia já tomou conta da ocorrência, acrescentou a fonte, afirmando que as instalações assaltadas têm protecção nocturna.

BFE e BTA em Angola

PÚBLICO

22 OUTUBRO 1991

O BANCO de Fomento Exterior e o Banco Totta & Açores serão as duas primeiras instituições bancárias portuguesas a abrir sucursais de bancos estrangeiros em Angola. O protocolo que permitirá a abertura das delegações em Luanda será hoje assinado, em Lisboa, pelos responsáveis das Finanças dos dois países, Miguel Beleza e Aguinaldo Jaime. Na cerimónia estarão igualmente presentes os presidentes dos bancos centrais dos dois países, bem como os presidentes das duas instituições que doravante operarão em Angola.

Reforçar presença em Angola

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 24 OUTUBRO 1991

O BPA está a negociar o reforço da sua presença na actividade bancária em Angola. A decisão está tomada mas continuam em estudo três hipóteses de concretização: abertura de uma sucursal própria, criação de um novo banco ou participação no Banco Popular de Angola.

A opção por cada uma das hipóteses depende de vários factores e ainda nenhuma está excluída, disse ao PÚBLICO o presidente do BPA, João Oliveira. Uma das mais interessantes é a de tomada de participação no Banco Popular de Angola, que João Oliveira reconhece estar a ser encarada, embora muito condicionada pelo enquadramento legislativo do investimento estrangeiro

que venha a ser definido em Angola.

O facto de os estatutos do Banco Popular de Angola só permitirem a alienação de um máximo de 40 por cento do seu capital a entidades privadas não é considerado uma limitação, uma vez que, segundo João Oliveira, "o volume da participação dependerá das negociações" e da avaliação que está a ser feita do banco angolano. De qualquer forma, João Oliveira salienta a qualidade dos serviços bancários prestados pelo Popular de Angola, em contraste flagrante com a degradação da economia angolana.

Uma certeza é que o BPA pretende desenvolver a actividade bancária em Angola. O primeiro passo foi dado, em

Setembro passado, com a autorização por parte das autoridades angolanas para abrir um escritório de representação em Luanda, onde contava até então com um representante permanente.

Mas nem só para a actividade bancária se dirigem os interesses do BPA. O banco está já a participar num projecto imobiliário, de parceria com duas empresas de construção civil portuguesas, a Mota & Companhia e a Teixeira Duarte. Outros projectos passam pela SPR (sociedade de capital de risco ligada ao grupo BPA) nomeadamente para a criação de uma empresa de cabotagem (transportes marítimos costeiros).

Luísa Bessa

D. António Ribeiro quer diálogo e paz em Angola

O ENVIADO do Papa João Paulo II às comemorações dos 500 anos de evangelização em Angola, D. António Ribeiro, cardeal-patriarca de Lisboa, exortou ontem em Luanda todos os angolanos a promoverem o diálogo, "a concórdia, a fraternidade e a paz entre todos", com vista ao desenvolvimento do país.

"Não se levantem nunca mais, sobre terras angolanas, os gritos da guerra e os clamores da destruição e da morte fratricida. Empenhai-vos no desenvolvimento do vosso país e fazei com que ele desempenhe, cada vez mais e melhor, o papel que lhe cabe no concerto das nações da grande família humana", disse D. António Ribeiro na homilia da missa de encerramento da Semana Nacional da Igreja angolana, que decorreu sob o signo da Nova Evangelização.

Esta eucaristia final das festas teve lugar no Estádio da Cidadela com uma assistência de 60 mil pessoas, durou mais de três horas e contou com a presença do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos. D. António Ribeiro disse, no fim da cerimónia, que "estão a ser dados passos para a criação de uma universidade católica em Angola". O assunto foi discutido com José Eduardo dos Santos, que afirmou, numa audiência concedida na sexta-feira, que essa decisão "está já tomada". O cardeal-patriarca de Lisboa, que regressa a Portugal na segunda-feira, referiu ainda que acredita numa maior cooperação entre os dois países, tanto no plano civil como religioso. ■

Igreja prepara ajuda a Angola e Moçambique

A CONFERÊNCIA Episcopal Portuguesa vai realizar, de 11 a 14 de Novembro próximo, em Fátima, a sua assembleia plenária onde será debatido o auxílio às Igrejas de Angola, Moçambique e ainda aos países do Leste da Europa.

Um comunicado da Conferência refere que na agenda dos trabalhos estão, entre outros temas, a análise de três documentos pastorais e as linhas de força "de uma pastoral conjunta nas dioce-

ses de Portugal". Visa também retomar "as opções pastorais em curso a partir dos três últimos documentos em ordem a uma possível sintonia em todo o país".

Os três documentos dizem respeito às orientações gerais a seguir sobre a pastoral das vocações nas dioceses portuguesas, à mensagem dos bispos "ao povo de Deus" no ano da doutrina social da Igreja e uma carta pastoral dos 75 anos das aparições de Fátima. ■

Patriarca de Lisboa exortou Angolanos a promoverem a paz

O CARDEAL-PATRIARCA de Lisboa exortou os Angolanos a promoverem o diálogo, «a concórdia, a fraternidade e a paz» entre todos e a empenharem-se no desenvolvimento de Angola.

D. António Ribeiro, enviado especial do Papa João Paulo II às celebrações da festa da Igreja de Angola, que este ano celebra os 500 anos de evangelização, falava em Luanda, na homilia da eucaristia de encerramento da festa, celebrada sob o signo da «nova evangelização».

«Não se levantem nunca mais sobre terras angolanas os gritos da guerra e os clamores da destruição da morte fratricida. Empenhai-vos no desenvolvimento do vosso país e fazei que ele desempenhe, cada vez mais e melhor, o papel que lhe cabe no concerto das nações da grande família humana», afirmou, perante uma multidão de mais de 60 mil pessoas, que ocuparam grande parte do Estádio da Cidadela.

A elevada participação na missa teve maior expressão na altura do ofertório. Crianças e mulheres com trajes tradicionais levaram ao altar as oferendas — café, mandioca, peixe seco, frutas, peças de artesanato, entre muitas

outras — numa procissão que atravessou o relvado do Estádio da Cidadela ao som de cânticos em línguas locais.

A eucaristia durou mais de três horas e, entre outros, contou com a presença do Presidente José Eduardo dos Santos, de alguns membros do Governo, diplomatas e representantes das comissões que trabalham actualmente no processo de paz.

O cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, no final da cerimónia, disse que a presença das autoridades civis do país permitir-lhe «tirar conclusões sobre a tuaça, energia e fermento que pode ser a Igreja para a nossa sociedade».

Entre as numerosas mensagens enviadas à Igreja Angolana, foi distinguida a do primeiro-ministro português, recebida com um grande aplauso da multidão. Realçando o facto de a festa do jubileu angolano coincidir com a «conquista do bem precioso que é a paz» e contribuir para o reforço dos laços históricos e humanos que unem Angolanos e Portugueses, Cavaco Silva afirmou a continuação do empenho do seu Governo em contribuir para a paz e reconciliação em Angola.

Favelas à portuguesa em morro de Algés

Na minha terra vivia bem, mas não precisava trabalhar em casa de ninguém. Aqui, viver é difícil, mas eu vim para cá doente, depois veio a família, já aqui arranjei três filhos e marido”, afirma uma moradora do Bairro de Santas Martas, num morro de Algés, por detrás do novo quartel dos Bombeiros Voluntários. Ela e mais algumas mulheres cabo-verdianas estão reunidas na casa da irmã Isabel, uma freira da Congregação do Sagrado Coração, que vive também no bairro vai para cinco anos, onde desenvolve acções de apoio comunitário.

Isabel Garrido, de nacionalidade espanhola, conheceu o Bairro de Santas Martas quando veio a Portugal visitar uns padres da mesma congregação que desenvolvem trabalho idêntico noutro bairro degradado, no concelho de Oeiras, a Pedreira dos Húngaros, e decidiu ficar por cá. “Estive 15 anos no Zaire, apanhei malária e tive de regressar a Espanha, mas Espanha já não me diz muito”, afirma a irmã Isabel. “Esta é a minha vocação, há quem prefira estar num convento, mas eu prefiro estar cá dentro do bairro a ajudar os outros”, acrescenta.

“Vim para aqui com nove anos, já tenho 28 anos, 19 dos quais no Bairro de Santas Martas”, diz uma outra moradora cabo-verdiana, que estima a população do aglomerado em cerca de mil pessoas, a residir em casas de chapa, madeira, caixotes, alguma pedra e alguma cal. Condições difíceis, reconhece, mas ainda assim aponta uma vantagem: “Temos rapaz, temos quarto para rapaz, temos mãe, temos quarto para mãe. Tenho seis quartos”, afirma.

Em situação bem diferente vive outra moradora: “Em minha casa somos oito pessoas e só temos um quarto. A câmara não deixa a gente arranjar.” Uma terceira fala também do seu caso: “Eu arranjei isso [os quartos] com problemas, foi de noite, foi tudo mal feito. Fui responder à câmara três vezes, o meu marido foi preso pela polícia por andar a fazer a casa.”

Corrupção para arranjar “bilhete”

A maior parte das mulheres que entram na conversa não têm nacionalidade portuguesa. “Vim antes do 25 de Abril; tenho agora seis filhos aqui. De-

via ter direito a nacionalidade portuguesa, mas pediram IRS ou o que é isso, e não atingia aquele dinheiro que devia ser”, conta uma delas. O pai de outra tem 63 e “trabalha sem desconto, porque trabalha sem bilhete”. A certidão de nascimento do ancião assinala que ele nasceu algures em Cabo Verde a 29 de Fevereiro, só que “o ano de nascimento dele não era bissexto e portanto diz lá que ele nasceu num dia que não existiu”, desabafa a filha. “Mandámos cartas e tudo, o meu pai foi à embaixada, falou com o embaixador e ele disse que lá em Cabo Verde é que têm de emendar o dia. Ainda nada se resolveu e agora isso dos papéis está mau.”

Quando as mulheres se referem ao “bilhete”, querem dizer bilhete de identidade, e mais o que sobra de-papelada, burocracia e até corrupção para o arranjar. Isabel Garrido explica: “Há muita corrupção. As pessoas estão dois ou três anos sem documentos, e se não dão trinta contos ou mais, por fora, ninguém trata de nada. Já houve quem desse 130 contos. Eu sei de rapazes novos que estão a trabalhar e a ser explorados, e estão a dar metade do ordenado para gente que promete resolver o problema da documentação”, declara a religiosa. “Pedi que me dissessem o nome das pessoas, mas recusaram-se porque têm medo de represálias se as denunciarem”, continua a irmã Isabel. “Há muito quem pague e não receba nada”, reforça uma moradora cabo-verdiana.

Intervenção comunitária

O trabalho de apoio comunitário mais importante no Bairro de Santas Martas é a creche, que funciona num barracão de pedra e cal, do outro lado do bairro. A creche, do Centro Paroquial de Cristo Rei de Algés, não chega para as necessidades actuais do bairro. “Não tenho onde deixar o bebé. Tem um ano e nove meses e eu não tenho sítio em condições para o deixar quando vou trabalhar. Não está na creche porque não há vaga e a creche nova ainda não está pronta. Disseram que só lá para o mês de Novembro”, afirma uma moradora.

No âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, foi assinado, na quarta-

feira passada, um protocolo entre o Centro Paroquial, a Câmara de Oeiras e o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, que vai permitir a instalação no bairro de novos prefabricados onde passarão a funcionar a creche e outras actividades comunitárias, como o Apoio aos Tempos Livres (ATL), que agora se encontra em dois barracões de madeira, já velhos.

O Programa de Intervenção Comunitária do Vale de Algés, assim se chama o projecto, abrange alguns dos bairros mais degradados do concelho de Oeiras, todos situados na margem dos aglomerados urbanos de Algés e Miraflores “Cidade Nova”, como reza ainda a publicidade exterior. Para além do Bairro de Santas Martas, o programa inclui os bairros Atrás da Quinta, Pereiro, Atrás dos Bombeiros e Casal do Gravato.

Realojar primeiro demolir depois

A par desta iniciativa, o Programa de Habitação Social da Câmara de Oeiras tem permitido, desde Julho último, o realojamento de algumas famí-

lias cabo-verdianas do Bairro de Santas Martas, entre outros, com a consequente demolição das barracas onde tinham morada. Segundo Isabel Garrido, esta demolição processa-se em duas fases: num primeiro momento, mal a família desocupa a barraca, esta é parcialmente destruída, para evitar que seja ocupada por outras pessoas. Num segundo momento, chegam as máquinas do empreiteiro encarregue pela autarquia de não deixar o mínimo vestígio da casa, derrubando todas as paredes, muros e fundações.

“A demolição devia ser feita quando não estivesse cá ninguém, ou seja, quando as crianças fossem para a nova creche”, afirma a irmã Isabel. Mas não foi assim. “As crianças estavam a correr por aqui junto à escola enquanto decorriam as demolições. Na segunda-feira passada, houve mesmo um curto-circuito, e estava a entrar o fogo já na creche, as crianças tiveram de sair espavoridas”, relata. Na quarta-feira, a irmã Isabel chamou a atenção do presidente da Câmara de Oei-

ras, Isaltino de Moraes, para este problema e na quarta-feira à tarde as demolições pararam de vez.

“É claro que a vida aqui é mais parecida com Cabo Verde” e surgem laços de solidariedade entre as pessoas, afirma Isabel Garrido. Por outro lado, “há famílias muito numerosas e aqui há sempre a possibilidade de acrescentar um quarto”. Mas, continua a irmã Isabel, “estamos de acordo que isto tem de desaparecer, porque não é maneira de um ser humano viver”.

“Quando chove em casa, ponho um plástico em cima da mesa e uma panela”. conta dona Concha, à espera de uma casa nova. Dona Concha é funcionária da creche e não está contente com a autarquia local. É que lhe disseram, como afirma, que na primeira semana de Julho ia para o Bairro Social de Caxias ou de Paço de Arcos e já distribuíram casas num lado e noutro e ela continua à espera. Afinal, vai viver para o Bairro do Pombal, em Oeiras, com os quatro netos que estão com ela.

Mas o que dona Concha não suporta é o racismo envergurado que diz existir em Portugal. “As vezes, na camioneta, eu sento-me e o que está ao lado levanta-se e vai para outro lado”, conta ela. Mas há situações mais explícitas: “Já fui maltratada num posto de consultas, não por um médico, mas por uma doente que também estava à espera”. As crianças, acrescenta, “também são maltratadas na escola por algumas professoras”.

“Na nossa terra não há nada disto, porque ninguém diz ‘vão para a vossa terra’”, afirma dona Concha. À sua maneira, ela sabe o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Preto, branco, mulato, é tudo gente, é tudo igual”. ■

Missionários vêm África em Lisboa

No coração do bairro, crescem dezenas de canas de açúcar, como se estivéssemos em África. "Isto é África", diz o padre francês Marc Soyer, um dos onze responsáveis europeus do Instituto Missionário do Espírito Santo para as questões de justiça e paz, que até quinta-feira estiveram reunidos nos arredores de Lisboa.

Bairro da Pedreira dos Húngaros, Algés, na periferia da capital. Mais de quatro mil pessoas — na quase totalidade cabo-verdianos — habita ali, em barracas feitas com madeira, tijolo ou plástico. Durante a tarde e noite de terça-feira passada, os onze padres desceram do seminário da Torre d'Aguilha, em Carcavelos, até ao bairro. Queriam "dar conta, ao vivo, das condições degradantes em que vivem muitos dos imigrantes africanos no nosso país".

O tema da reunião, aliás, tinha a ver com a realidade da Pedreira dos Húngaros. "O regresso das caravelas — o Terceiro Mundo na Europa" era o título do encontro. Em foco, os refugiados e os imigrantes no continente, e os problemas levantados pelos acordos de Schengen, que criaram novas restrições à imigração no âmbito de diversos países da CEE, entre os quais Portugal.

Paulo Gonçalves, 24 anos, naturalizado português desde os 18, e a trabalhar na construção civil junto da Pedreira dos Húngaros, tem uma perspectiva optimista da realidade dos cabo-verdianos no nosso país. "Sinto-me bem em Portugal, há convivência entre as pessoas e oportunidades de trabalho", afirma.

Nem tudo é mau

Na Pedreira dos Húngaros, os missionários confirmaram as suas perspectivas. Durante duas horas, percorreram o bairro, acompanhados por alguns moradores. Depois, reuniram-se numa pequena sala construída pelos moradores, e que serve de capela e local de encontro. Ao fim da tarde, houve missa, apenas três padres e dez religiosas asseguram algum trabalho da Igreja nesta área.

"O grande problema do bairro é a falta de espaços onde ocupar os jovens", diz Ezequiel Monteiro Carvalho, 46 anos a completar dentro de dias, originário da Ilha do Sal, a viver há 18 anos em Portugal. Nasceram já duas iniciativas para tentar atenuar aquela falta. O próprio Ezequiel preside à Associação Cultural e Desportiva do bairro, que organizou quatro equipas de futebol e outras tantas de andebol e, nuns barracões que há mais de 15 anos serviram para albergar trabalhadores espanhóis da construção civil, funciona agora um "atelier" de ocupação de tempos livres.

"Temos condições óptimas para trabalhar, a começar por este parque", ironiza Idália Patrício, educadora de infância, uma das responsáveis pelas crianças que saltam muros e ferros enferrujados, ou correm por entre a areia suja e o lixo, naquilo que começou por ser um parque infantil, com baloiços e escorregas. Apoiado pela paróquia de Algés, o "jardim infantil" — os nomes carregam de ironia a realidade — é o outro espaço de apoio aos mais novos, funcionando

com 50 crianças em idade pré-escolar e 80 no regime de ocupação de tempos livres.

Mas nem tudo é mau. Dentro dos barracões, as condições são melhores que no exterior e ali se desenvolve, desde há um ano, um projecto — praticamente inédito no nosso país — de ensino bilingue do português e do crioulo. "Partimos do que as crianças conhecem, explorando depois a forma como cada realidade é vivida em Portugal e em Cabo Verde", explica Idália Patrício.

Oito pessoas trabalham directamente na dinamização do projecto, apoiado financeiramente pela Fundação Gulbenkian. "Não pretendemos desenvolver iniciativas à parte das aulas que as crianças frequentam mas, antes, que elas sejam integradas no trabalho diário das escolas", afirma Raja Litwinoff, 28 anos, alemã radicada em Portugal.

Três estabelecimentos de ensino primário frequentados pelas crianças da Pedreira dos Húngaros — Linda-a-Velha, Algés, Miraflores — estão a trabalhar directamente com os monitores. "O problema é que os professores mudam, e temos que estar sempre a recomençar a sensibilização", desabafa Raja Litwinoff.

Não gostamos desta situação

Na sala de reuniões, esclarecem-se dúvidas que ficaram da volta pelo bairro. A equipa que dinamiza actividades de âmbito religioso e cultural está presente, e esclarece muitos dos problemas que se enfrentam diariamente.

Um grupo de moradores assegura contactos com autoridades, segurança social e algumas instituições estrangeiras de apoio social. A recuperação de drogados — problema que já foi um dos mais graves do bairro — tem sido uma das tarefas prioritárias. Para se conseguir água, saneamento e luz, "foi preciso muito trabalho".

"Já viram as casas do bairro e o desnivelamento social que existe", afirma João Henriques, 50 anos, casado, pai de nove filhos, e trabalhador da construção civil, perante o olhar atento dos missionários. "Esta situação não é da vontade dos moradores"... •

Investimento dependerá de despesas militares

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE OUTUBRO DE 1991

REGRESSADO de Banguécoque, onde participou nos trabalhos da Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial, o ministro das Finanças e do Plano de Cabo Verde, José Tomás Veiga, confluiu ao EXPRESSO a sua opinião sobre o desenrolar dos trabalhos, do ponto de vista dos interesses dos países africanos, em geral, e do Governo de Cabo Verde, em particular. Segundo ele, o continente africano poderá recuperar a breve prazo algum do crédito perdido em benefício do socorro aos países do Leste europeu. Bastará, para isso, fazer algumas concessões aos organismos que controlam o crédito internacional, mormente no que respeita à contenção das despesas militares.

EXPRESSO — No que respeita aos interesses específicos de Cabo Verde e do próprio continente africano, quais foram os aspectos mais relevantes desta reunião de Banguécoque?

JOSÉ TOMÁS VEIGA — A assembleia desenrolou-se sem surpresas. O seu tema principal, que de certa forma acaba por nos afectar também, foi a Europa de Leste e a discussão acerca dos recursos necessários para a sua reestruturação. Foi um tema que dominou tudo, desde a cobertura da Imprensa até à reunião do Grupo dos Sete. Paralelamente, no que respeita ao meu país e às outras nações africanas, o aspecto que mais nos interessava prendia-se com a questão da dívida externa. Observámos que o tema mereceu bastante atenção, sobretudo na óptica da redução da dívida dos países mais pobres.

EXP. — Apenas porque tal aspecto foi frequentemente referido por esses países endividados?

J.T.V. — De maneira nenhuma. Notou-se por parte dos países industrializados, daqueles que, ao fim e ao cabo, têm mais força dentro do FMI e do Banco Mundial, uma maior disposição para encarar essa filosofia de redução numa óptica muito flexível. A França, por exemplo, avançou propostas de redução de dívida em dois terços. Não há unanimidade, é certo, mas a tendência é, claramente, no sentido de se chegar a uma redução substancial.

EXP. — Para quando se prevê uma decisão nesse campo?

J.T.V. — Não é fácil ser exacto. Houve da parte dos intervenientes principais a solicitação ao «Clube de Paris» — que é, de facto, quem acaba por liderar todo o processo — para que providenciasse uma decisão muito rápida. Estamos a contar que ainda neste ano possa haver alguma novidade nesta matéria. Seria muito bom

que assim acontecesse, para nos permitir desviar os recursos cativados para pagamento dessa dívida para projectos de desenvolvimento.

EXP. — A maior abertura do Ocidente no suporte ao reequacionamento das economias do Leste europeu mantém-se como elemento agravante da contenção do apoio internacional a África?

J.V.T. — Naturalmente que estamos preocupados com isso e o grupo africano fez questão de trazer a público a sua apreensão. A nossa posição acabou por ter o eco desejado: os responsáveis dos dois organismos afirmam que uma coisa não irá afectar a outra em termos de recursos financeiros. O que é provável é que os países de Leste solicitem uma assistência técnica muito pesada, o que poderá, por sua vez, reduzir a disponibilidade de quadros para acudir a outras regiões com tanta facilidade como seria de desejar.

EXP. — Novidade é a assistência por parte dos aeroportos internacionais na contenção das despesas militares dos países endividados.

J.T.V. — Essa questão foi levantada e é pertinente. A nossa preocupação é que tanto o FMI como o Banco não tenham, com essa iniciativa, uma intervenção política que condicione as livres opções internas dos diversos países. Mas a tónica foi dada e, futuramente, há que reduzir as despesas militares. Está bem de ver que tal não constitui problema para Cabo Verde, mas há outros países em que a questão se coloca com seriedade e estou convencido que, face à tendência generalizada dos discursos e às pressões, isso vai ter de acontecer inevitavelmente. Vai caminhar-se nesse sentido para permitir canalizar financiamentos para outras áreas.

EXP. — Qual foi a intervenção de Cabo Verde nesta reunião?

J.T.V. — Somos um país pequeno; embora as nossas preocupações se estendam também ao que se passa a nível global. Aproveitámos esta presença em Banguécoque para um conjunto de encontros importantes à margem dos trabalhos da Assembleia Geral, com o fundo da OPEC, que nos apoia bastante, e com administradores do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África, talvez a instituição que mais apoia Cabo Verde neste momento. Analisámos com ambos as relações bilaterais, os problemas existentes e como resolvê-los. Tivemos também, naturalmente, encontros com o vice-presidente para África do Banco Mundial.

Estreitar relações com o Banco Mundial

EXP. — Os contactos com esta organização foram prometedores?

J.V.T. — Parece aberta à cooperação connosco, e nós também estamos muito interessados em ir um bocado mais longe do que até há pouco tempo acontecia. Cremos que nos apoiarão nos estudos necessários para a reconversão do nosso sistema financeiro e num conjunto de outros projectos em áreas prioritárias que estamos a definir. Temos já uma missão do Banco Mundial em Cabo Verde, que há cerca de três semanas está a colher informações sobre as nossas prioridades e a nossa política, e tivemos agora oportunidade de expor ao vice-presidente para a nossa região a forma de encarmos o apoio do Banco.

EXP. — Na actual fase de desenvolvimento político e económico cabo-verdiano, quais são os aspectos inovadores em relação à ajuda externa, factor tradicionalmente imprescindível no equilíbrio da sua economia?

J.T.V. — Nos últimos dois anos, 1989 e 1990, o volume da ajuda externa baixou, se ex-

cluímos a ajuda pública ao desenvolvimento.

EXP. — Era um factor aguardado.

J.T.V. — Certamente que sim, até porque os resultados económicos, em termos de números, parecem favoráveis quando comparados com outros do continente africano. O facto é que tais dados tiveram repercussões muito directas no investimento e no crescimento do produto, que, nesses anos, baixou. Pensamos que os condicionalismos da ajuda externa poderão vir, a breve prazo, a alterar-se. O facto de termos instaurado um sistema pluripartidário no país está a ter um efeito extremamente favorável no seio da comunidade internacional.

EXP. — Trata-se de uma impressão ou tem indícios fortes disso?

J.T.V. — Mesmo em Banguécoque, pudemos verificar que a nossa experiência é muito maior e mais conhecida do que nós próprios imaginávamos quer os nossos parceiros directos quer os mais diversos países africanos que têm acompanhado a nossa evolução com muito interesse. Cremos que há neste momento uma abertura maior e que isso virá eventualmente repercutir-se numa assistência mais substancial e em apoios financeiros mesmo em condições concessionais, apesar da tendência — que constatamos de há algum tempo a esta parte — de nos posicionarem já a outro nível em termos da captação de recursos concessionais, por causa do crescimento do PIB, que nos coloca em condições diferentes da dos países mais pobres.

EXP. — O que falta a Cabo Verde para conseguir rapidamente esses recursos?

J.V.T. — Vamos ter de pôr ordem em nossa casa — o que é, de resto, a problemática geral de todos os países africanos. Se não, vamos conseguir muito pouco. No nosso caso concreto, temos a enorme vantagem de possuir uma população homogénea. Logo aí, podemos almejar etapas a curto prazo, que outros países, a braços com a difícil luta pela unidade, levarão mais tempo a conseguir. Tensões políticas todos sentimos. É natural e faz parte do jogo, nomeadamente num regime democrático. Mas guerras internas colocam problemas frequentemente insolúveis. Ora, consideramos que a nossa situação é muito específica e tem de ser encarada pe-

la comunidade internacional segundo essa especificidade:

Relançar a economia e as bases estruturais

EXP. — Tal raciocínio pressupõe o desejo de tratamento especial, diverso do actual?

J.V.T. — Pensó que estamos em condições de gerir bem a ajuda externa que nos for concedida. Simplesmente, neste momento, a tendência geral também vai apanhar-nos: será necessário vermos como resolver de forma duradoura os desequilíbrios estruturais de que padecemos. Temos um problema muito sério de desequilíbrio das contas externas — refiro-me à balança de transacções correntes e não à global. As nossas exportações de mercadorias não cobrem 10 por cento das suas importações. Temos, ainda, de resolver o problema do nosso crédito orçamental, que vai ter de ser reduzido necessariamente.

EXP. — E a inflação?

J.V.T. — Teremos de encarar-la de uma outra forma. De há dois anos para cá, a sua taxa começou a agravar-se e está na ordem dos 10 por cento, o que consideramos já bastante elevada. Neste ano, deve situar-se nos mesmos valores. Assim, é perfeitamente natural que o orçamento que o Governo apresentará no próximo ano venha a conter características de certo modo restritivas no que respeita à política orçamental.

EXP. — Esses reajustamentos eram previsíveis, com a mudança de regime?

J.V.T. — Em absoluto. Tendo em conta a nossa orientação global, isso teria de ser feito.

EXP. — E há a consciência de que tal atitude tem custos políticos, repercussões entre a população?

J.V.T. — Mas nós assumimos isso muito claramente no nosso programa, antes de ganharmos as eleições. Dissemos que fomos reorganizar o sistema financeiro, abri-lo à iniciativa privada, nacional e estrangeira, acabando com o sistema de banco único que ainda temos; que fomos reestruturar o sector empresarial do Estado, o que pode passar pela privatização de algumas dessas empresas, parcial ou totalmente, segundo definição que estará para breve. E todos sabemos as implicações que tal pode acarretar. Agora, não vamos é esquecer outras condicionantes: um país que tem uma taxa de desemprego superior a 20% não se pode dar ao luxo de aumentá-la. Tudo o que for feito tem de ser bem enquadrado, para evitar os as-

pectos negativos que, de uma forma geral, acompanham os processos de reestruturação.

EXP. — Não há alternativa válida?

J.V.T. — Não. Ou fazemos isso, e conseguimos imprimir uma certa dinâmica à economia do país, ou continuamos eternamente a pedir assistência externa e a manter-nos na situação que vivemos neste momento e que não nos satisfaz. Somos um país independente e desejoso de ver melhoradas as condições de vida das suas populações.

EXP. — No que respeita a Portugal, quais são os aspectos da cooperação no âmbito da sua área governamental?

J.V.T. — Portugal tem concedido a Cabo Verde um apoio substancial, que muito prezamos, sobretudo em termos de assistência técnica. Na minha área, contamos com apoio no que respeita à revisão fiscal que teremos que empreender.

EXP. — Ao nível dos bancos centrais dos dois países tem havido relações de trabalho?

J.V.T. — Esperamos ter assistência para a revisão do sistema financeiro. O Banco de Portugal tem-se mostrado bastante aberto. Inclusive, foi assinado há poucos dias um acordo de cooperação entre o Banco de Portugal e o nosso banco central, bem como com os bancos dos outros PALOP — e que realça sobremaneira uma vertente de formação de quadros e de assistência técnica —, que para nós é considerado absolutamente indispensável para o sucesso do procedimento de reestruturação.

António Loja Neves

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 DE OUTUBRO DE 1991

Cabo Verde volta a reabastecer aviões sul-africanos

CABO VERDE volta a dispor, a partir de 3 de Novembro, de importante fonte de divisas, resultante do abastecimento de combustível a aviões sul-africanos; após o acordo de reactivação da linha entre a África do Sul e os Estados Unidos.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 DE OUTUBRO DE 1991

Procurador-geral da República suspenso na Guiné-Bissau

O PROCURADOR-GERAL da República da Guiné-Bissau, Mário Lopes, foi suspenso do cargo, disseram ontem à agência Lusa, em Bissau, fontes bem informadas. A suspensão, decidida na sexta-feira, foi da responsabilidade do ministro de Estado, Carlos Correia, e do primeiro vice-presidente do Conselho de Estado, o coronel Jafai Camará, acrescentaram as mesmas fontes à agência Lusa.

PUBLICO

QUARTA-FEIRA 23 OUTUBRO 1991

Cabo Verde concretiza legalizações

OS PRIMEIROS cem processos de legalização de cabo-verdianos residentes em Portugal deram ontem entrada na delegação regional de Lisboa do Serviço Nacional de Estrangeiros. Numa pequena cerimónia, na qual estiveram presentes Eugénio Inocêncio, embaixador de Cabo Verde em Portugal, e José Maria Brandão, director regional do Serviço de Estrangeiros, foi realçada a importância da entrega dos primeiros processos numa campanha de legalização que pretende abranger cerca de 14 a 20 mil ilegais.

"Este dia de entrega dos primeiros processos significa que para muitas famílias cabo-verdianas residentes em Portugal, as condições vão melhorar", afirmou Eugénio Inocêncio. Actualmente, estão a funcionar com a colaboração da embaixada de Cabo Verde, postos fixos de legalização em associações de bairro.

"O problema da legalização não é simples", explicou o embaixador. "existem casos em que não é fácil provar determinados requisitos para a legalização".

Por sua parte, as autoridades cabo-verdianas comprometem-se a controlar melhor as saídas de cabo-verdianos para Portugal. "Há neste momento, um cuidado muito grande em relação à vinda para Portugal", afirmou o embaixador. E acrescentou que se pretende resolver o problema da legalização até ao final do ano, de forma a poderem avançar para outras questões, como as da saúde, habitação, integração plena dos jovens, muitos deles ilegais.

"Estamos envolvidos na criação de associações de índole profissional de cidadãos nossos residentes em Portugal", afirmou.

José Maria Brandão, por seu lado, explicou aos jornalistas que já havia sido contactado pelo cônsul angolano com vista à abertura de um processo semelhante em relação aos angolanos residentes em Portugal. ■

Chefe do clã dos "Caneos" preso em Cabo Verde

Eduíno Santos,
em São Vicente,
com António Soares

Manuel Trigo, identificado como o chefe do clã galego "Os Caneos", e proprietário do rebocador "Rande", no qual foi apreendida uma tonelada de cocaína ao largo da costa portuguesa, está preso em Cabo Verde, onde adquirira o barco há cerca de um ano.

Cabo Verde parece ser hoje, cada vez mais, um entreposto e porto de escala onde os cartéis de tráfico da cocaína se movimentam. Esses cartéis souberam aproveitar a posição geoestratégica do arquipélago para invadir a Europa com cocaína, através da Espanha. A polícia internacional veio ao arquipélago dar caça aos traficantes.

No período de um ano, o trabalho na rota de Cabo Verde resultou na apreensão de tonelada e meia de cocaína: meia tonelada em Novembro de 1990 no Baía do Porto Grande, em São Vicente, no casco do iate "Good Luck" e uma tonelada na costa de Espanha, perto de Vigo, no rebocador "Rande", que partiu do mesmo porto.

A apreensão da uma tonelada de cocaína perto de Vigo ficou

a dever-se à vigilância que as polícias judiciárias espanhola e portuguesa exerceram em São Vicente sobre o rebocador e o pequeno petroleiro "Del Sur", pertencentes ambos ao cidadão espanhol que se apresentou no arquipélago com o nome de Manuel Trigo.

Havia motivos para desconfiar do rebocador que estava parado há três anos no cais acostável de São Vicente. O "Rande" entrou no Porto Grande no dia 12 de dezembro de 1987 proveniente de Barbados. O proprietário era um filipino chamado Marcelino que estava a ser controlado pela Interpol. A polícia local fora informada para comunicar qualquer saída do filipino para o exterior. Em Julho de 1988, Marcelino deixou São Vicente para nunca mais voltar. Supõe-se que tenha sido preso.

O "Rande" ficou abandonado, até que em 1990 Manuel Trigo, chegado há pouco tempo no petroleiro "Del Sur", se empenhou na compra do rebocador. Visto que o dono tinha desaparecido, o espanhol comprou o "Rande" por 18 mil contos em "cash". Após ter sido reparado, o barco deixou São Vicente a 8 de Julho, capitaneado por Francisco Trigo Feijó, sendo a restante tripulação composta por dois espanhóis e cinco cabo-verdeanos.

Vigiado à distância

Embora as autoridades policiais não o admitam oficialmente, é de acreditar que o rebocador

tenha estado sempre vigiado, provavelmente através de qualquer dispositivo electrónico colocado neste. Fontes da Polícia Judiciária reivindicam para a PJ a colocação deste dispositivo, que terá sido efectuada, aquando da operação com o "Good Luk". Essa hipótese ganha consistência quando se pensa nos três meses que medeiam entre a partida do rebocador de São Vicente e a sua apreensão em Vigo. "Estava em curso uma operação que sabíamos que iria escandalizar a comunidade internacional devido à quantidade de droga envolvida", declarou ao PÚBLICO uma fonte policial. Esperava-se uma apreensão entre tonelada e meia e duas toneladas de cocaína.

Poucos dias antes da apreensão do rebocador, Manuel Trigo regressou a São Vicente. No dia 14 de Outubro, o "Del Sur", proveniente da Venezuela, chegava ao Porto Grande, de onde partira no dia 6 de Fevereiro. Após a apreensão do rebocador, a polícia judiciária espanhola solicitou às autoridades cabo-verdeanas que detivessem Trigo, tendo Baltazar Garzón emitido para o efeito mandados de captura internacionais que seguiram através da Interpol. O espanhol tentou sair para o Senegal mas foi detido na Cidade da Praia. Oficialmente, a polícia espanhola havia justificado a sua não detenção pelo facto de Manuel Trigo se encontrar em viagem, quando toda a operação foi despoletada. Os tripulantes do "Del

Sur" abandonaram a ilha a 19 mas foram detidos no aeroporto do Sal ao tentarem abandonar o arquipélago.

A detenção dos cidadãos espanhóis está, no entanto, a levantar alguns problemas: em Cabo Verde não cometeram nenhum crime e esta país não tem acordos de extradição com a Espanha. Fontes judiciais declararam ao PÚBLICO que estão a tentar encontrar uma forma de resolver o problema sem violar a lei cabo-verdeana.

Mais uma detenção em Espanha

Entretanto, antontem, a polícia espanhola intentou nova acção em Pontevedra, mais concretamente numa residência de Caldas de Reis, tendo a operação resultado na detenção do espanhol José Manuel da Pena e na apreensão de cintas que serviam para acondicionar mais de 200 quilos de cocaína.

De acordo com as autoridades espanholas, a residência funcionaria como um dos armazéns do clã dos "Caneos", que controlaria todo o mecanismo de transporte das drogas, nomeadamente através de Portugal, pois sabe-se que a tonelada de cocaína deveria ter sido passada para terra no porto de Peniche, nos arredores de Lisboa. As mesmas fontes adiantam que, no que diz respeito a Espanha a "Operação D. José", como foi baptizada, deverá estar praticamente concluída. ■

Direito em Bissau, cooperação com sucesso

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE OUTUBRO DE 19

1. PORTUGAL é um pequeno país, de restritos recursos económicos e de escassa projecção cultural, que, todavia, como resultado de um processo histórico particular, detém, à escala mundial, uma responsabilidade e uma capacidade de intervenção significativas e claramente inesperadas em face daquelas limitações.

Contudo, a descolonização — ao provocar a cessação da soberania sobre vastos territórios — lançou-nos um desafio estimulante: o de saber se podemos ainda aspirar a manter uma presença no mundo que, no quadro do respeito pela identidade dos outros, corporize e fixe a singularidade da cultura e do espírito portugueses.

Só converteremos essa potencialidade em acto se tivermos uma ideia esclarecida, primeiro, da existência deste lance, depois, da vontade de o vencer, e, finalmente, das medidas a que, em vários prazos, importa recorrer.

Vivemos um tempo em que o domínio da força bruta tende a desvalorizar-se. As comunidades tomam conta dos seus destinos de acordo com o sentir da vontade colectiva e em atenção aos valores em que se forjaram. É um contexto que nos permite ambicionar, apesar dos reduzidos meios disponíveis, a preservação e difusão daquilo que, ao longo de séculos, constituiu em tão distintos lugares a revelação mais importante do nosso carácter: uma cultura própria que, confrontada com outras e miscigenada, constitui o nosso contributo para a civilização dos homens.

A política de cooperação há-de servir tal desígnio, que deve ser prosseguido com consciência de que cooperar pressupõe igualdade entre parceiros, actuação solidária, consideração pelos am-

necessárias à realidade guineense, designadamente no âmbito do direito consuetudinário.

De resto, toda a vida da nova instituição — desde o seu funcionamento interno ao regime da contratação dos docentes e do acesso dos estudantes, passando pelas matérias disciplinares ou pela organização dos serviços — está regulamentada com rigor e minúcia.

bientes culturais distintos e aprofundamento dos interesses comuns.

É à luz destes princípios que me proponho falar da fascinante experiência de cooperação luso-guineense que, desde Janeiro de 1990, tem em curso a edificação da primeira Instituição universitária que de uma forma global Portugal ajuda a criar em África depois de 1974.

Modelo coerente e eficaz

2. Tive a felicidade de ter sido, em Bissau, por designação do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa, o responsável pela equipa portuguesa que, em conjunto com guineenses, promoveu a instalação da Faculdade de Direito de Bissau, que já é — passe a imodéstia da apreciação de obra de sou coautor — um estabelecimento prestigiado, academicamente bem sucedido e socialmente respeitado.

3. Na Guiné-Bissau não havia tradição de ensino superior. Na era colonial não se fizeram faculdades. Depois da independência deve ser assinalada a antiga Escola de Direito que funcionou vários anos, mas conferindo apenas um grau intermédio de bacharelato, a qual soçobrou por ausência de uma programação geral que a suportasse. Basta recordar que dependia de docentes enviados não só de Portugal como do Brasil, URSS e RDA, não existindo qualquer planeamento nem coordenação dessas contribuições.

Por seu turno, Portugal, apesar de diversos apoios dispersos a iniciativas universitárias, não se tinha ainda envolvido na construção de raiz de uma nova faculdade em África, depois das independências

6. O processo de institucionalização foi acompanhado de um rigoroso planeamento dos recursos necessários para a consolidação do projecto, o qual se encontra vertido num convénio celebrado entre as Faculdades de Direito de Lisboa e de Bissau, cuja execução é fiscalizada por uma comissão paritária instituída ao abrigo do acordo de cooperação acima referenciado.

Já sustentei que o êxito da

Uma Faculdade não são apenas docentes competentes, alunos promissores, instalações condignas: em suma, regularidade lectiva. Mais do que isso, representa um «espírito» e um «campus» onde a investigação, o debate de ideias, a animação cultural e a irreverência intelectual tenham lugar.

Ricardo Sá Fernandes*

ocorridas. Havia, pois, que escolher um modelo coerente e eficaz, que servisse os interesses guineenses e se contivesse nas disponibilidades portuguesas.

4. Uma faculdade nunca está pronta, mas só existe como tal quando tem garantida a sua auto-suficiência, isto é, quando é capaz de gerar os seus docentes e receber com autonomia os seus alunos.

Assim, neste caso, não existindo tradição universitária ou qualquer outra que a pudesse substituir, não sendo possível o levantamento da nova Faculdade a partir da dissidência de uma já existente, restava a via da cooperação interuniversitária, através da qual a nova instituição é alimentada até à sua idade adulta por outra que disponha dos meios adequados para prestar esse serviço.

Portugal, ao abrigo de um acordo de cooperação celebrado com a Guiné-Bissau, visando a criação da Faculdade de Direito de Bissau, confiou as responsabilidades científicas de apoio ao projecto à Faculdade de Direito de Lisboa.

Institucionalização e planeamento

5. O sucesso da experiência dependia, antes de mais, de dois factores fundamentais, cujo esquecimento tem deter-

minado a falência de muitas iniciativas de cooperação. Estou a referir-me, por um lado, à institucionalização da nova entidade e, por outro, a um rigoroso planeamento dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários à sua concretização.

Trato, primeiro, da institucionalização da Faculdade. Disso depende, a um tempo, a eficácia dos compromissos políticos que envolveram os dois Estados, a outro, a sua independência académica, por último, a necessidade de gerar confiança em todos aqueles que nela participam.

Hoje pode dizer-se que essa institucionalização é uma realidade.

Portugal e a Guiné-Bissau celebraram um Protocolo de Cooperação que fixa os princípios gerais que norteiam esta acção bilateral.

O Governo da Guiné-Bissau aprovou o decreto que cria a nova Faculdade, organizando-a de acordo com as regras de autonomia científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar adequadas a uma escola de ensino superior e dotando-a dos órgãos que asseguram a gestão universitária em instituições similares.

Foi aprovado um plano de estudos semelhante ao que é praticado nas escolas portuguesas, o que facilitará o intercâmbio de alunos e docentes, sem prejuízo das adaptações

implantação de uma faculdade depende da capacidade de criar o seu próprio corpo docente, o que só será alcançado quando este seja basicamente recrutado entre os seus alunos. Um ciclo que não demora menos de 15 a 20 anos.

Com esta perspectiva realista, o acordo celebrado tem previsto um tempo de vigência de cinco anos, renovável por outros cinco, estando tudo em aberto para que, embora noutros moldes, se venham ulteriormente a estabelecer regras

de cooperação para um período posterior até que seja atingido o ciclo de auto-suficiência a que aludo.

Nesta fase, preocupámo-nos com a previsão dos recursos necessários para os primeiros cinco anos, uma vez que se prevê que em cada ano lectivo entre em funcionamento mais um ano curricular até à vigência integral do plano de estudos.

Tal planeamento teve naturalmente em mente que constitui requisito imprescindível do sucesso da iniciativa conseguir assegurar uma gradual, paulatina mas sempre crescente, integração de nacionais guineenses no corpo docente da Faculdade.

Por outro lado, trataram-se com exaustão as necessidades materiais e financeiras, de forma a cumprir os objectivos traçados, delineando-se as medidas a tomar em áreas tão diferentes como, por exemplo, os livros para a biblioteca, o transporte e o alojamento para os docentes, as bolsas para os alunos ou os melhoramentos a introduzir no edifício escolar.

Deste modo, está prevista, para o primeiro período quinquenal, uma contribuição do Estado Português de cerca de 265 mil contos, a preços de 1990, para além das que provirão de outras instituições públicas e privadas portuguesas que se têm estado a interessar por esta acção. E, neste momento, pode ser afirmado que a previsão feita para os dois primeiros anos de funcionamento do projecto foi cumprida sem necessidade de quaisquer alterações ou ajustamentos significativos.

Corpo docente guineense em perspectiva

7. A cooperação que os países industrializados têm

levado a cabo em África tem, na maioria das situações, alcançado resultados modestos, sobretudo se analisados na óptica da comparação entre o custo e a eficácia. São conhecidos inúmeros casos em que milhões e milhões de dólares têm sido desbaratados sem nenhum proveito para os destinatários das ajudas programadas.

Tal falhanço relativo tem radicado na incompreensão dos problemas estruturais subjacentes às realidades africanas, cuja resolução não se compadece com visões economicistas e parcelares.

Assim, não pode deixar de ser feita a avaliação dos riscos com que este projecto também há-de ser confrontado no futuro.

Por economia de tempo, não cuidaremos agora de vários aspectos não menos importantes. Mas releva tratar de uma questão curial: a de saber se será possível fazer perdurar uma instituição universitária digna dessa qualificação, dotada, a prazo, de um corpo docente guineense prestigiado.

O que está feito é encorajador, mas ainda insuficiente. No primeiro ano não foi possível assegurar até ao final do período lectivo a colaboração dos docentes guineenses inicialmente pensada. Porém, no segundo ano já pôde apresentar-se como balanço que a maioria dos docentes guineenses participantes no projecto concluiu com aproveitamento a sua prestação, enquanto outros frequentaram cursos de aperfeiçoamento e mestrado em Lisboa. Neste ano lectivo, pela primeira vez, a regência de algumas disciplinas do curso está atribuída a licenciados guineenses.

O salto desta fase embrionária para a seguinte, a da consolidação de um núcleo

docente guineense académicamente bem preparado, é que constitui o desafio decisivo.

A colaboração portuguesa pode, sem paternalismos, ser preciosa.

Contudo, o esforço determinante há-de ser guineense: por um lado, na definição dos estímulos, por outro, na vontade dos seus licenciados em optarem por uma vida académica.

Faculdade ecléctica

8. Uma faculdade não são apenas docentes competentes, alunos promissores, instalações condignas: em suma, regularidade lectiva. Mais do que isso, representa um espírito e um campus onde a investigação, o debate de ideias, a animação cultural e a irreverência intelectual tenham lugar.

Em Bissau e em Lisboa tem havido essa consciência.

Em Fevereiro passado foram realizadas as Primeiras Jornadas Jurídicas Luso-Guineenses, em que participaram juristas oriundos de Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Brasil.

Em Abril arrancou um projecto de levantamento e análise do direito consuetudinário. Esta acção constitui um empreendimento vital para compreender a realidade guineense, numa área em que pouco se tem feito desde as contribuições incorporadas no antigo e notável «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», criado por Sarmento Rodrigues e de que Amílcar Cabral foi um dos mais admiráveis colaboradores.

A Faculdade dispõe ainda de um Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas, que se espera possa desempenhar uma triplíce função: prestigiá-la, dar apoio

material aos docentes, sobretudo guineenses, colaborar com outros sectores da vida do país.

9. Antes de terminar gostaria de fazer uma referência às instituições públicas e privadas que tenho genericamente referido ao longo do texto e de cujo apoio tanto dependerá a nova Faculdade. Merecem ser destacados o ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), o Centro Cultural da Embaixada de Portugal em Bissau, a Universidade de Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), de Bissau.

10. Procurei traçar uma visão clara e objectiva do estado do projecto. Enaltecedora do esforço colectivo realizado, mas consciente dos riscos sérios a enfrentar. Sabedora da dependência em relação a factores exógenos (desde os políticos aos meramente administrativos), mas com a noção da importância da acção para a preservação da identidade cultural luso-guineense e do contributo valioso que pode dar para a construção de um verdadeiro Estado de direito na Guiné-Bissau.

Mas sei também que é uma visão apaixonada. Ainda bem. Porque sem a dedicação amorosa dos que participaram neste programa nem se tinha começado.

(Dedicado aos que, pelo lado português, estiveram comigo em Bissau e me supriram as faltas: Jorge Quintas, Frederico Costa Pinto, Jorge Costa Santos e António Duarte Silva)

Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa e assessor científico da Faculdade de Direito de Bissau até Março de 1991

PUBLICO QUARTA-FEIRA, 23 OUTUBRO 1991

Demissão em Bissau

O DELEGADO da Procuradoria-Geral da República da Guiné-Bissau, Fernando Gomes, demitiu-se do seu cargo após denunciar casos de corrupção e de abuso de poder por parte das autoridades judiciais. Fontes próximas do delegado afirmaram a Luis que a demissão, ocorrida na sexta-feira, teve como consequência imediata "uma ruada de agentes da Judicária à residência de Fernando Gomes, de onde levaram todos os documentos sobre a corrupção no seio daquela corporação". Na carta de demissão, o ex-delegado da Procuradoria-Geral reconhece uma "derrota temporária porque tudo foi muito bem manipulado" e declara renunciar a todas as suas regalias. "Os corruptos da Polícia Judicária não podem ficar para sempre impunes", concluiu Gomes na mensagem enviada ao procurador-geral, Mário Lopes.

Tertir, Soares da Costa e Salvador Caetano apostam na Guiné

Portianga compra metade da Pescas Atlântica

A PORTIANGA, «holding» participada pelos grupos Soares da Costa, Tertir e Salvador Caetano, adquiriu à Fogeca («holding» pessoal de Salvador Caetano) 50 por cento da companhia de pescas Atlântica.

Após esta transacção, a Fogeca mantém uma posição (directa) de 32 por cento no capital social da Atlântica, a mais antiga companhia portuguesa de pesca de bacalhau.

José Manuel Esteves, administrador da Atlântica, disse ao EXPRESSO que a cedência de 50 por cento da empresa à Portianga (que tem como objecto a promoção de negócios nos PALOP) representa um maior empenhamento de Salvador Caetano na componente de pescas do grupo, que pretende em breve

lançar as raízes de uma grande empresa do sector em Angola.

«Este cruzamento de participações faz tanto mais sentido quanto se sabe que a primeira sociedade mista luso-guineense nasceu a partir da Crustacil — constituída pela Fogeca, Soares da Costa e Tertir —, a qual posteriormente se associou ao grupo privado local de Carlos Gomes Júnior, dando lugar à Guipal», referiu José Manuel Esteves.

Detida em 80 por cento pela Crustacil e em 20 por cento por Carlos Gomes Júnior, a Guipal opera nos ricos mares da Guiné com dois navios próprios de arasto e um terceiro, propriedade da Atlântica mas que colabora em regime de associação temporária de empresas.

A Guipal, que está a estudar a compra de mais uma embarcação, dispõe ainda de uma força de pesca artesanal composta por um navio e seis lanchas. Para apoio da frota, a sociedade mista luso-guineense dispõe em regime de cedência do complexo frigorífico da Bolola, que tem uma capacidade de frio para duas mil toneladas e onde a Guipal já investiu 220 mil contos na respectiva recuperação.

«Trata-se da maior rede de frio daquela zona da África Ocidental, construída por espanhóis com capitais russos, mas que nunca chegou a trabalhar bem, visto ter sido desenhada de forma deficiente. Encontrando-se agora já operacional, a Guipal pretende concorrer à sua privatização

pois queremos criar património no país», afirmou José Manuel Esteves, acrescentando que a Guipal emprega cerca de centena e meia de guineenses nas suas tripulações e pessoal de terra.

Soares da Costa ensaca cimento

A forte posição portuguesa na actividade económica da Guiné-Bissau verifica-se em vários sectores. Para além das pescas, a Tertir, de Rodrigo Leite, assegura a operação do porto de Bissau e fundou recentemente uma empresa de camionagem com veículos fornecidos pela Salvador Caetano.

A Soares da Costa (companhia participada pela Fogeca, de

Salvador Caetano) encontra-se presente na área da construção e reparação de estradas, preparando-se agora para lançar uma empresa de ensacamento de cimento, que será importado de Portugal a granel.

Por último, a Salvador Caetano prevê a curto prazo a implantação na Guiné de uma importante unidade de reparação automóvel.

Para além da Guipal, outras duas sociedades mistas se encontram a operar nos mares da Guiné: a Guinépesca — onde os sócios portugueses são a empresa de pescas Miradouro (grupo França Morte), IPE, Lusitânia e CRCB (Companhias Reunidas de Congelados de Bacalhau) — e a Sôpeixe, participada pela Pascal, SNAB (Sociedade Na-

cional dos Armadores de Bacalhau) e a empresa aveirense Testas e Cunha. Encontra-se entretanto em formação uma quarta empresa mista, que deverá ter como impulsionadora a Empresa de Pescas de Viana, de Gonçalves Gomes.

A Atlântica-Companhia Portuguesa de Pescas dispõe de seis navios, um dos quais em permanência na safra do bacalhau. Com cais, seca, câmaras frigoríficas, oficinas e estaleiros de reparação, instalados numa área de 40 hectares situada no Moinho do Capitão (Seixal), a empresa apresenta, segundo o seu administrador, «um ciclo de secagem de 300 toneladas de bacalhau por cada mês e meio».

António Eça de Queiroz

GOVERNO E RENAMO domingo, 20 de Outubro de 1991 ALCANÇAM NOVO ACORDO

● Trata-se do documento que define os princípios políticos e fundamentais e foi rubricado na última sexta-feira em Roma

O Governo moçambicano e a Renamo assinaram no passado dia 18 de Outubro, em Roma, o Protocolo número 1 referente aos princípios políticos e fundamentais, no quadro das conversações de paz que delegações de ambas as partes vêm travando na capital italiana desde há mais de um ano.

Pela importância que este acordo de princípios representa no longo processo pela paz no país, passamos a transcrever o documento em referência, rubricado por Armando Guebuza, pela parte do Governo, e por Raúl Manuel Domingos, pela parte da Renamo, e pelos mediadores, Mario Raffaelli, em representação do Governo Italiano, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, Prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, da Comunidade de Santo Egidio.

«No dia 18 de Outubro de 1991, a Delegação do Governo da República de Moçambique, chefiada por Armando Emilio Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, e composta pelos senhores Aguiar Mazula, Ministro da Administração Estatal, Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, e Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da República, e a Delegação da Renamo, chefiada por Raúl Manuel Domingos, Chefe do Departamento das Relações Exteriores, composta pelos senhores Vicente Zacarias Ululu, Chefe do Departamento da Informação, Agostinho Semende Murrial, Vice-Chefe do Departamento dos Assuntos Políticos, e João Francisco Almirante, membro do Gabinete Presidencial, reunidas em Roma, na presença dos mediadores Mario Raffaelli, representante do Governo da República Italiana e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, da Comunidade de S. Egidio; determinados a realizar os superiores interesses do Povo Moçambicano, reafirmam que o método de diálogo e de

colaboração entre si é indispensável para se alcançar uma paz duradoura no país.

Consequentemente:

1. O Governo compromete-se a não agir de forma contrária aos termos dos Protocolos que se estabelecem, a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos Protocolos.

2. Por outro lado, a Renamo compromete-se a partir da entrada em vigor do Cessar-Fogo a não combater pela força das armas, mas a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes, no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz.

3. Ambas as partes assumem o compromisso de alcançar no mais curto espaço de tempo o Acordo Geral de Paz, contendo os Protocolos sobre cada um dos pontos da agenda adoptada no dia 28 de Maio de 1991 e desenvolver as acções necessárias para esse efeito. Neste contexto, o Governo empenhar-se-á a não obstaculizar as deslocações

internacionais e os contactos da Renamo no exterior no quadro das negociações para a paz. Com o mesmo fim, também serão possíveis contactos no interior do país entre a Renamo e os Mediadores, ou os membros da Comissão Mista de Verificação. As modalidades concretas de realização dos mesmos deverão ser estabelecidas caso a caso, a pedido dos mediadores ao Governo.

4. Os Protocolos a acordar no decurso destas negociações farão parte integrante do Acordo Geral de Paz e a sua entrada em vigor ocorrerá na data da assinatura deste, com a excepção do Parágrafo 3 deste Protocolo o qual entra em vigor imediatamente.

5. As partes acordam no princípio de constituição de uma Comissão para supervisionar e controlar o cumprimento do Acordo Geral de Paz. A Comissão será composta por representantes do Governo, da Renamo bem como das Nações Unidas, outras Organizações ou Governos a acordar entre si.

Pela delegação do Governo da República de Moçambique
Armando Emilio Guebuza

pela delegação da Renamo
Raúl Manuel Domingos

Os mediadores:
Mario Raffaelli
D. Jaime Gonçalves
Prof. Andrea Riccardi
D. Matteo Zuppi

Feito em S. Egidio, Roma, aos 18 de Outubro de 1991».

Rebello de Souza expressa domingo, 20 de Outubro de 1991 vontade de paz para Moçambique

O Dr. Baltazar Rebello de Souza, Presidente do Elo Internacional da Comunidade Lusitana para África, disse que com as perspectivas de paz em Moçambique e noutros pontos da região austral, "se imagina que a época de desenvolvimento que vai seguir-se é muito propícia para a prossecução de actividades de ordem económica e cultural".

O antigo Governador-Geral da Província Ultramarina de Moçambique falava ao "Domingo" na sua qualidade de homem de negócios que veio ao nosso país para, segundo ele, de perto se inteirar de alguns objectivos económicos a que se encontra ligado.

Rebello de Souza revelou ao

nosso semanário que na sexta-feira última formalizou o convite ao escritor e poeta moçambicano José Craveirinha para membro correspondente da Academia de Ciências Letras e Artes de S. Paulo no Brasil.

Referiu ainda que no encontro que manteve com a Reitoria da Universidade Eduardo Mondlane, deu a conhecer as possibilidades de intercâmbio com a sua congénere brasileira (S. Paulo) e a Universidade Lusitana de Lisboa, bem como uma outra instituição de âmbito cultural de que Rebello de Souza é presidente.

A este propósito pronunciou-se por um maior intercâmbio entre os

intelectuais moçambicanos e os de Portugal e Brasil, onde o entrevistado está capaz de exercer influências para que este projecto se torne realidade.

Rebello de Souza concedeu-nos uma entrevista em exclusivo na qual são abordados vários aspectos desta figura política, conversa essa que prometemos publicar em próximas edições.

Recorde-se que o Presidente do Elo Internacional da Comunidade Lusitana para a África está em visita ao nosso país desde os princípios da semana finda, tendo mantido encontros com personalidades da vida política, governamental e económica de Moçambique.

Moçambique

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 23 OUTUBRO 1991

Chissano defende protocolo de Roma

EM CONFERÊNCIA de imprensa concedida a jornalistas nacionais ontem em Maputo, o Presidente Joaquim Chissano considerou importante o protocolo assinado dia 18 deste mês entre o seu Governo e a Renamo e negou que aquele acordo de Roma seja inconstitucional ou que traduza a capitulação do Estado moçambicano.

As críticas de inconstitucionalidade estarão relacionadas com o ponto um do protocolo que afirma que "o Governo se compromete a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos Protocolos".

Joaquim Chissano justificou a sua posição afirmando que "o protocolo está concebido para entrar em vigor depois da assinatura de um acordo geral de cessar-fogo", mas não explicou o facto do Governo aprovar um texto que põe em causa leis aprovadas pela Assembleia da República, sem que este órgão para tal tenha sido consultado.

Neste contexto, o Presidente moçambicano diria que as "instituições terão o direito de se pronunciarem quando chegar a altura", acrescentando ser sua opinião que não haverá conflito entre o acordado e a Constituição. A flexibilidade do Governo moçambicano está patente no protocolo assinado — se-

ALFREDO CUNHA



Chissano responde aos críticos

gundo Chissano — que, no entanto, declinou especificar quais os níveis de elasticidade das várias partes envolvidas no processo negocial. As leis em questão são nomeadamente a dos partidos, de imprensa, de liberdade de expressão e do direito de associação e reunião.

Um encontro entre o Presidente da República de Moçambique e o líder da Renamo, Afonso Dlakshama, foi posto de lado antes que a paz seja assina-

da. Quanto à preocupação de que os contactos com os mediadores ou a Comissão Mista de Verificação (CMV) no interior do país possam servir de pretexto para uma actividade militar paralela por parte da Renamo, Chissano sublinhou que a confiança mútua deve ser a base do processo negocial.

Os contactos entre os mediadores e a Renamo dentro de Moçambique deverão ser comunicados às autoridades moçam-

bicanas que, para isso, criarão as devidas condições, designadamente a interrupção de acções de guerra que estejam a decorrer na zona.

Após a assinatura do acordo geral de cessar-fogo, a Renamo deverá registar-se como partido político, embora, segundo o Presidente moçambicano, lhe possam ser concedidas condições mais favoráveis do que aos novos "grupos políticos emergentes".

Entretanto, o embaixador italiano em Maputo e presidente da CMV, Manfredo Di Camerana, considerou que a assinatura do protocolo entre as duas partes constitui um passo fundamental no processo negocial de paz, uma vez que "permite discutir de uma forma clara os pontos da agenda, nomeadamente a lei dos partidos, a lei eleitoral, entre outros". Manfredo Di Camerana sublinhou que uma vez ultrapassadas as questões políticas, as conversações incidirão mais sobre os problemas técnicos, os quais, no seu entender, são igualmente complexos.

Considerou ser do interesse dos mediadores, e mesmo das partes envolvidas nas negociações, que se chegue a um acordo geral de cessar-fogo, uma vez que agora não há mais razão para demoras à mesa das conversações.

Ali Hassan Muiny, Presidente da Tanzânia, disse ser uma conquista o facto de se ter alcançado um acordo que prevê o fim da guerra em Moçambique. O Presidente tanzaniano falava em Maputo ontem, numa escala técnica para contactos com o seu homólogo moçambicano, quando regressava ao seu país proveniente de Harare onde participou na Cimeira da Commonwealth. ■

Teresa Lima
em Maputo

Ministro britânico de visita a Moçambique

O Ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Douglas Hurd, chegou ao fim da manhã de ontem a Maputo, para uma visita de dois dias a Moçambique.

Durante a sua estada no nosso país, Hurd vai ser recebido em audiência pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, e deverá manter conversações com o seu homólogo moçambicano, Pascoal Mocumbi, e com outros governantes do país.

A chegada à capital, falando a jornalistas, Douglas Hurd referiu que vai discutir com as autoridades mo-

çambicanas maneiras de incrementar o apoio económico ao país e a identificação de outras áreas prováveis para apoio.

Sobre se tinha um ponto específico a discutir com as autoridades moçambicanas, ele referiu não ter um ponto específico, mas afirmou que o seu país está disposto a prestar qualquer apoio que o Governo moçambicano solicitar, incluindo a área de segurança militar.

Além de encontros com governantes, o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico vai visitar projectos financiados pelo seu país, tanto

em Maputo, como noutros pontos do país.

Douglas Hurd foi recebido, à sua chegada em Maputo, pelo Ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, e pela Embaixadora do seu país em Maputo, Maeva Fost. Estas duas personalidades regressaram de Harare, Zimbabwe, onde participavam na cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Commonwealth, no mesmo avião em que chegou o diplomata britânico.

domingo, 20 de Outubro de 1991

A paz nos trilhos do modelo angolano

A POSSIBILIDADE do estabelecimento de um Governo de gestão em Moçambique foi aberta na sequência do acordo de princípios alcançado em Roma entre a Renamo e uma delegação do Executivo de Maputo.

Na opinião de juristas contactados pelo EXPRESSO na capital moçambicana, o compromisso assumido pelo Governo, a semana passada, de «não adoptar leis ou medidas e a não aplicar leis vigentes» consideradas contrárias ao protocolo de paz com a Renamo cria as condições para a instauração de um «Governo de gestão», no período entre o cessar-fogo e a realização das eleições pluripartidárias em Moçambique. As autoridades de Maputo reafirmam que a eventual formação de um Executivo de coligação com a Renamo nunca foi colocada na mesa das negociações, mas o facto é que a fórmula acordada em Roma limita drasticamente os poderes do Governo da Frelimo, que permanecerá no poder até as eleições.

Fontes governamentais salientam que o compromisso da Renamo em «conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes», após o cessar-fogo, constitui o reconhecimento formal de Maputo e do Estado controlado pela Frelimo. Esta era uma das condições «sine qua non» impostas por Maputo para prosseguir com as negociações de Roma e uma das causas principais do bloqueio verificado desde Junho.

Diplomatas contactados pelo EXPRESSO consideram que Maputo deu demasiada importância a esta questão do reconhecimento formal, relativamente secundária, dado que a legitimidade do Estado moçambicano é reconhecida por toda a comunidade internacional. Esta atitude deu momentaneamente ao Governo de Maputo uma imagem de intransigência que era habitualmente atribuída à Renamo.

A paz é o que importa

O acordo assinado a 18 de Outubro em Roma provocou

reações negativas em Maputo, onde alguns sectores argumentam que o compromisso sobre matéria legislativa assinado por uma delegação do Governo está «ferido de inconstitucionalidade» porque invade a esfera de competência da Assembleia da República.

Um parlamentar moçambicano declarou que o protocolo de Roma «é correcto no seu conteúdo, mas infeliz nos seus aspectos formais» e que o Parlamento deveria ter sido consultado antes da assinatura do protocolo. «É escusado sobrevalorizar aspectos legalistas quando toda a gente sabe que o Governo é da Frelimo e o Parlamento também», observou o deputado, acrescentando não haver «processo negocial sem cedências. Afinal, o que queremos é que seja alcançada a paz».

Contudo, numa comparação entre os processos de paz angolano e moçambicano, a Frelimo aparece em nítida desvantagem em relação ao MPLA, uma vez que os acordos de Bicesse não impuseram limitações legislativas ao Governo e Luanda, apesar dos esforços da UNITA para transferir para a CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar) a iniciativa política durante o período de transição entre o cessar-fogo e as eleições.

O ponto 3 do protocolo de Roma cria em termos práticos uma «Jamba moçambicana», já que o Governo se compromete a não «obstaculizar as deslocações internacionais e os contactos da Renamo no exterior», nem os contactos entre a Renamo e os mediadores no interior do país, que carecem, porém, da autorização de Maputo.

Nos últimos meses, a Renamo, apoiada discretamente por várias embaixadas ocidentais em Maputo, tinham acusado o Governo de ter bombardeado sistematicamente as bases principais da guerrilha durante as fases cruciais do processo de negociações. O Governo rejeitava estas acusações invocando o seu direito de soberania sobre a

totalidade do território moçambicano.

Alguns protestaram contra «limitação de soberania», incluída no protocolo de Roma, mas a maioria considera «irrealista falar de soberania num país totalmente dependente dos programas do FMI e da ajuda alimentar internacional».

O Presidente Chissano respondeu indirectamente a estas críticas quando afirmou esta semana que o protocolo assinado não significa «nenhuma capitulação» por parte do Governo.

Para o cidadão comum pouco interessam os formalismos legais e a assinatura do acordo é vista como uma prova de que se estão a «explorar todos os caminhos que vão dar à paz em Roma».

O modelo angolano

É com «prudente expectativa» que Maputo aguarda os resultados das negociações que prosseguem agora em Roma sobre a agenda dos temas políticos. Fontes próximas das negociações disseram ao EXPRESSO, em Maputo, que o Governo está disposto a dar provas da maior flexibilidade quanto à revisão da lei dos partidos e à elaboração da lei eleitoral, admitindo-se a criação de um mecanismo de consultas paralelas com a Renamo.

O número de proponentes necessários para pedir a legalização de um partido — 100 no texto em vigor — poderá ser reduzido e autorizada a criação de partidos de base regional ou étnica. O registo poderá passar a ser feito junto do Tribunal Supremo e não no Ministério da Justiça, como estipula a lei actual, ou no Conselho de Segurança da ONU, como pretendia a Renamo. A lei eleitoral poderá implantar o sistema proporcional em vez do sistema maioritário, consagrado na Constituição, e o Presidente Chissano admitiu a eventualidade de alterar a lei fundamental.

A agenda acordada no final de Maio e que poderá agora ser retomada inclui também os aspectos militares relacionados com o cessar-fogo e a formação do exército nacional único e a questão das garantias internas e internacionais, nomeadamente a criação de uma comissão conjunta político-militar e a escolha das entidades internacionais encarregadas de fiscalizar o processo sob os auspícios da ONU.

Continua a aguardar melhor

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE OUTUBRO DE 1991

oportunidade a possibilidade de uma «cimeira» entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, gorada recentemente em Malta. O Presidente moçambicano reafirmou esta semana que tal encontro só se realizará quando for possível «ir lá e, depois, poder dizer que teremos a paz em determinado dia. Se não, tal encontro não faz sentido».

Fernando Lima
em Maputo

A ESCASSOS dias do fim do prazo marcado pela mediação italiana, as negociações de paz para Moçambique entraram numa fase crucial, e a reunião desta semana era encarada por todos os protagonistas como uma autêntica prova dos nove.

Entrevistados pelo EXPRESSO, em Roma, antes do reinício das conversações, o chefe da delegação de Maputo, Armando Guebuza, o representante da Renamo, Raul Domingos, e Matteo Zuppi, da Comunidade Santo Egidio, promotora da iniciativa, consideram «muito importante» o protocolo assinado a 18 de Outubro.

Mas as reticências e as divergências de interpretação acerca do conteúdo e do alcance do documento subsistem.

As duas partes moçambicanas estão ainda longe da confiança mútua necessária ao êxito de qualquer processo de paz.

Raul Domingos: 'A ideia é acelerar todo o processo'

EXPRESSO — Qual é a importância que a Renamo atribui ao protocolo «Princípios fundamentais», que estabelece garantias políticas recíprocas entre as duas partes, assinado em Roma no passado dia 18?

R. D. — Para a Renamo este primeiro protocolo é de grande importância por incluir um compromisso do Governo no sentido de não criar obstáculos às deslocações e aos contactos internacionais do movimento e por permitir contactos no território nacional controlado pela Renamo entre nós, os mediadores e os membros da Comissão Mista de Verificação do acordo de cessar-fogo parcial nos «corredores» da Beira e da Limpopo.

EXP. — Esses contactos vão permitir um rápido acordo de cessar-fogo?

R. D. — A ideia é acelerar todo o processo.

Estamos preparados para discutir todos os pontos agendados. Mas, por experiência, pensamos que na próxima reunião só poderemos concluir o segundo e o terceiro protocolos, relativos à lei dos partidos e à lei eleitoral.

EXP. — Como pensa que vão decorrer as discussões sobre a formação do exército nacional único e apartidário?

R. D. — Creio que não haverá grandes problemas. A Renamo defende que Moçambique deve ter exército nacional reduzido aos efectivos necessários para a defesa das fronteiras nacionais.

Mas o capítulo militar da agenda inclui outras matérias importantes, nomeadamente a retirada de todas as forças estrangeiras e a despartidarização das forças policiais e do SNASP, que foi substituído pelo SISE (Serviços de Informação e Segurança do Estado), que é dirigido pela Frelimo a nível dos quadros superiores. Há ainda o problema dos exércitos irregulares que existem no país e que têm de ser extintos.

Armando Guebuza: 'Maior rapidez, mas com certa cautela'

EXPRESSO — O reconhecimento do Governo pela Renamo não está explícito no protocolo que rubricou com a Renamo na qualidade de chefe da delegação governamental. Qual é o sentido do acordo a esse respeito?

ARMANDO GUEBUZA — O protocolo estabelece esse reconhecimento. O terceiro ponto do documento estipula que o Governo se compromete a não

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE OUTUBRO DE 199

criar obstáculos às deslocações da Renamo ao exterior. É também o Governo que deve autorizar ou não contactos da Renamo com os mediadores ou com a Comissão Mista de Verificação (Comive), a pedido destes últimos. E no segundo ponto do protocolo a Renamo compromete-se a desenvolver a luta política no âmbito das instituições do Estado e das leis em vigor, depois de declarado o cessar-fogo.

EXP. — A Renamo exigiu a inclusão de um ponto sobre as suas deslocações internacionais e contactos dentro do país com os mediadores. Este facto parece significar que o Governo estava a impedi-los, mesmo que se destinassem a desbloquear as negociações?

A. G. — Essa interpretação não é totalmente correcta. Ao longo de quinze meses de negociações directas, a Renamo teve sempre a possibilidade de contactar com os mediadores, os membros da Comive e o próprio Governo fora do país. O Governo sempre manifestou interesse, junto do Malawi, da Itália e do Quênia, em facilitar os contactos internacionais da Renamo no quadro do processo de paz.

A referência incluída no protocolo apenas reforça essa prática, de forma a permitir que a direcção máxima da Renamo possa contactar os mediadores e os membros da Comive no interior do país.

EXP. — Pode esperar-se que daqui em diante as negociações vão progredir com maior rapidez?

A. G. — A nossa resposta a essa pergunta é afirmativa. Mas é necessária uma certa cautela. Estará a Renamo disposta a respeitar o conteúdo e o espírito do documento que acaba de assinar? Já tivemos uma experiência negativa com o acordo de Dezembro passado. Esperemos que de agora em diante as coisas mudem.

D. Matteo Zuppi: 'Nem sempre as vontades se traduzem em factos'

EXPRESSO — Como é que os mediadores interpretam o protocolo assinado pelo Governo e pela Renamo?

D. MATTEO ZUPPI — Nós achamos que este protocolo significa um avanço no processo e esperamos que permita abordar a discussão da agenda de trabalhos num clima de maior confiança mútua.

EXP. — Significa isso que o Governo moçambicano e a Renamo já consideram assegurado um sistema de garantias quanto ao período de transição?

D.M.Z. — Não é fácil criar um clima de confiança mútua depois de tantos anos de guerra. No entanto, julgamos que este primeiro protocolo é um passo que poderá ajudar a desenvolver essa confiança mútua. Verificámos que nesta oitava ronda foi edificado um clima mais construtivo que permitiu ultrapassar problemas de fundo, muito delicados. Daí esperamos que a abordagem das questões de detalhe, ponto por ponto, venha a ser menos difícil.

EXP. — Tendo em conta a experiência acumulada em quinze meses de trabalho, quando pensa que se poderá chegar a um acordo de cessar-fogo?

D.M.Z. — As duas partes expressam neste protocolo a vontade de alcançarem a paz o mais rapidamente possível. Mas nem sempre as vontades se traduzem em factos. De qualquer modo, parece possível uma negociação mais acelerada.

África do Sul recupera Cahora Bassa

Cahora-Bassa pode estar em vias de deixar de ser o maior elefante branco da África Austral para se tornar, 16 anos depois da sua conclusão, numa fonte de desenvolvimento.

SEMANÁRIO 26 OUT 91

Numa conferência de imprensa na sede da ESKOM, em Joanesburgo, na terça-feira, o Comité Conjunto Permanente (CCP) anunciou os planos de reabilitação das linhas de transporte de energia da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa para a África do Sul, um empreendimento que está em vias de arrancar com um custo global da ordem dos 100 milhões de dólares.

O actual presidente da CCP, Ian Mcrae, que é director da empresa sul-africana de electricidade ESKOM, afirmou que a África do Sul vai financiar o plano com 23 milhões de dólares e a Itália com 45 milhões, estando-se neste momento a tratar junto de entidades internacionais - como o Banco Mundial e outras - o financiamento dos restantes 32 milhões. Assente, já está, que as obras arrancarão em breve.

Ian Mcrae disse que o objectivo de reabilitar Cahora-Bassa, a sua empresa (que originalmente deveria ser o maior cliente da HCB) e o próprio governo de Pretória se empenharam em facilitar um acordo que permitisse canalizar a energia para o Zimbabwe. Para esse efeito, está em fase de conclusão um contrato entre Maputo e Harare para a construção de uma rede de transporte de energia entre o Songo e um ponto próximo da capital Zimbabwana. Essa linha complementar, deverá estar concluída dentro de 3 anos e por ela fluirão para o Zimbabwe 500 megawatts de electricidade que serão injectados na sua rede.

Negócios e jogos diplomáticos

Segundo o presidente do Comité Conjunto Permanente, a África do Sul tem actualmente uma capacidade geradora de energia superior às suas necessidades, pelo que a prioridade desse plano é pôr a funcionar Cahora-Bassa como mota impulsadora do desenvolvimento regional, já que ela constitui um elemento-chave da idealizada rede energética do sub-continente. A África do Sul só deverá começar a receber energia do Songo por volta do ano 2003.

Com o mesmo espírito parece estar também a representação portuguesa no CCP. O embaixador Manuel Lopes da Costa - que deverá assumir em breve a presidência do Comité - é de há muito um defensor da cooperação regional e pensa que Portugal, pelo seu lado, tem muito mais a ganhar diplomática do que financeiramente com o renascer de Cahora-Bassa, não obstante ter investido no empreendimento 1 bilião de dólares e pagar cerca de 200 mil dólares por dia em manutenção e encargos da dívida enquanto os postes jazem por terra. Recorde-se que o estado Português detém 82 por cento do capital da HCB, enquanto Moçambique detém o restante, gastando anualmente o equivalente a 30 milhões de randes para importar electricidade que podia receber do Songo. Cerca de 1400 torres foram sabo-

tadas pela RENAMO desde que a guerra estalou em Moçambique em 1976 e quando em 1988 se começaram a reconstruí-las, "eles vinham atrás de nós a deitá-las abaixo", na expressão de um responsável da HCB. Por isso, se abandonaram, então, as obras.

O acordo ESKOM-RENAMO

Ian Mcrae fez questão, na sessão com a imprensa, de esclarecer as relações ESKOM-RENAMO, que circularam na imprensa mundial há poucos meses. Segundo ele, a empresa teve realmente encontros com o líder Afonso Dhlakama com a benção quer de Pretória, quer de Maputo. E não auxiliou de nenhuma forma o movimento, como então foi noticiado "sensacionalisticamente" - limitando-se a firmar um acordo no qual Dhlakama se comprometeu a parar as sabotagens pois "Cahora-Bassa é do interesse do povo moçambicano". O presidente da RENAMO parece desde então gozar da simpatia não só do presidente do CCP como de outros membros e a razão é simples: desde então, os actos de sabotagem contra o empreendimento cessaram.

O Comité Conjunto Permanente foi constituído há cerca de três anos com o objectivo de tentar relançar Cahora-Bassa. Neste momento, a sua missão parece estar em vias de ter sucesso e, por isso, não tem efectivamente preço. Para além dos seus esforços, a democratização de toda a África Austral

está a dar uma contribuição decisiva à resolução do imbróglio Cahora-Bassa. É evidente que a pacificação de Moçambique - agora mais próxima com a assinatura do primeiro protocolo entre o governo e a RENAMO - o relançamento económico em embrião no Zimbabwe e a evolução positiva na região, podem, de uma vez por todas, restituir a Cahora-Bassa a sua importância real como fonte de progresso.

Paz moçambicana segue a contento de Roma

Manuela Palxão

Correspondente em Roma

O governo italiano manifesta satisfação pelo modo como estão a decorrer, em Roma, as negociações para a paz moçambicana, e por não existirem planos para introduzir novos mediadores na questão, o que, aliás, foi afirmado pelo secretário de Estado para a Cooperação, Durão Barroso.

«Consideramos muito positivo o apoio que Portugal nos tem dado neste sentido, e a disponibilidade demonstrada para partilhar as responsabilidades no pós-cessar fogo», declarou Mario Raffaelli, durante a primeira conferência de Imprensa do governo italiano sobre o processo de paz em Moçambique, realizada, na última semana, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O porta-voz da mediação italiana reafirmou uma vez mais o seu optimismo sobre a evolução das negociações, e indicou a possibilidade da discussão sobre os partidos ser concluída, e o acordo assinado, possivelmente ainda

este mês. A fase seguinte, conhecidas já as posições das duas delegações, não deverá também, levar muito tempo a ser concluída.

«Posso afirmar, com base na mudança radical do carácter das negociações desde a assinatura do protocolo sobre as garantias, que certamente se iniciará, ainda antes do final do ano, a discussão para o cessar-fogo definitivo e as próximas eleições em Moçambique, último passo para acabar com uma guerra que, nos últimos 16 anos, fez mais de um milhão de vítimas», declarou Raffaelli.

Prisioneiros políticos são questão difícil

O problema dos prisioneiros políticos, no entanto, «não será fácil de resolver», afirmou aquele responsável em declarações feitas ao DN, constituindo, assim, o último ponto da agenda, e devendo ser tratado no âmbito das garantias finais.

Quanto aos projectos de cooperação italiana para a recuperação económica de

Moçambique — onde se incluem reestruturações de altíssimo significado, como as dos portos de Maputo e da Beira —, estes continuam a fazer parte das prioridades do governo de Roma, que pretende destinar-lhes uma verba de mais de 500 mil milhões de liras (55 milhões de contos).

O arcebispo da Beira, D. Jaime, um dos mediadores oficiais nestas negociações, justificou, por seu turno, o facto da Igreja moçambicana participar no processo, como inserindo-se na vontade e política do Vaticano de fazer actuar as igrejas locais nos processos de democratização do mundo actual, o que se aplica, aliás, aos países do leste europeu.

«As duas delegações presentes em Roma são recebidas regularmente no próprio Vaticano, demonstrando que a mediação da Santa Sé, através da Igreja de Moçambique, não é neste caso uma coisa vaga, e está a ser efectuada de acordo com a metodologia e política papal», acrescentou aquele eclesiástico.

PÚBLICO

SABADO, 28 OUTUBRO, 1991

Professores moçambicanos em greve

OS PROFESSORES do distrito de Moçimbepe, província moçambicana de Tete, entraram em greve na passada segunda-feira, exigindo ser integrados nas novas carreiras profissionais. É a segunda greve dos docentes daquela região durante este ano. Vem juntar-se a outras iniciadas há uma semana pelos docentes da província de Sofala, incluindo a Cidade da Beira e Dondo. Os professores estão neste momento a tentar obter garantias de protecção policial para uma marcha pacífica de 27 quilómetros entre a vila de Mafambiase e a cidade da Beira.

Epidemia mata quinze em Moçambique

PÚBLICO
22 OUTUBRO 1991

UMA EPIDEMIA não identificada está a provocar numerosas mortes no distrito de Chibabava, no interior da província moçambicana de Sofala, disse ontem à agência Lusa uma fonte médica da região. O administrador do distrito de Chibabava, Noé Chipandza, afirmou que pelo menos 15 pessoas morreram em menos de uma semana, vítimas de uma doença desconhecida cujos sintomas são vómitos e diarreias agudas. Apesar de alguns sinto-

mas serem os mesmos da cólera, não se trata dessa doença.

As autoridades sanitárias da região mostram-se impotentes perante a epidemia porque não só não têm a identificação, por falta de equipamento adequado, como se debatem com uma grave falta de medicamentos. Segundo Noé Chipandze, a doença ataca as vítimas com forte violência e as pessoas atingidas morrem quase no mesmo dia, após vómitos e diarreias.

PÚBLICO

DOMINGO, 27 OUTUBRO 1991

Portugal é quarto em Moçambique

PORTUGAL é actualmente o quarto maior investidor estrangeiro em Moçambique, com um total de dez milhões de dólares (1,45 milhões de contos) este ano, de acordo com Augusto Sumburane, director do Gabinete de Promoção e Investimento Estrangeiro de Moçambique.

O montante da participação portuguesa em Moçambique não representa apenas capitais próprios, incluindo a utilização de investimentos, empréstimos e linhas de crédito de outros parceiros ou instituições internacionais. Os capitais próprios dos investidores portugueses não ultrapassam os três milhões de dólares (435 mil contos), mas a presença de Portugal em Moçambique «tende a crescer», ainda segundo Augusto Sumburane. Os investimentos portugueses naquele país africano passam pela agricultura, indústria, hotelaria e serviços (sobretudo, informática e consultoria).

Portugal e França fazem "braço de ferro" no audiovisual de São Tomé

Televisão fechada por falta de energia

As novas instalações da Televisão Experimental de São Tomé e Príncipe (TES-TP) — um investimento de quase meio milhão de contos, totalmente assegurado pelo Governo português — correm o risco de não serem inauguradas nos próximos três meses por falta de energia, uma vez que a Empresa de Água e Electricidade, gerida por interesses franceses, se recusa a levar a rede eléctrica até ao centro de produção.

Embora a empresa francesa afirme que não pode dar electricidade à televisão sem o Governo local realizar novos investimentos, este diferendo é entendido em Lisboa, principalmente entre os responsáveis da RTP, como "um autêntico boicote", explicável apenas pelo "braço de ferro" que tem sido travado nos últimos anos entre Portugal e França na área da cooperação audiovisual com os países africanos lusófonos.

Prevista inicialmente para o passado mês de Julho, a inauguração da televisão — na qual deverá estar presente uma representação de alto nível do Estado português —, tem sido sucessivamente adiada, apesar da estação estar completamente equipada com tecnologia moderna que, com o andar do tempo, começa a sofrer os efeitos das altas temperaturas e da humidade africanas. Vários aparelhos tiveram já de ser devolvidos a Lisboa para manutenção, devido às avarias provocadas pela falta de ar condicionado.

São Tomé pede apoio a Lisboa

Dados os atrasos manifestados pela empresa francesa que gere a energia eléctrica — depois de ter ganho um concurso público em que a EDP portuguesa foi derrotada —, os governantes são-tomenses alimentam agora algumas esperanças

de que o Estado português possa desbloquear a situação.

Na segunda-feira passada, o primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Daniel Daio, convocou o embaixador português naquele país, Anacoreta Correia, a quem expôs as dificuldades levantadas pela empresa francesa, pedindo a Portugal que financiasse o projecto de extensão de energia eléctrica até à nova televisão.

Mas o representante português mais não pôde fazer do que garantir ao primeiro-ministro são-tomense que faria chegar o pedido a Lisboa, uma resposta que não revela qualquer solução a curto prazo para uma situação que se arrasta há quase dois anos.

"A inauguração da televisão só foi adiada por falta de energia", disse ontem ao PUBLICO um dos responsáveis da RTP pela área da cooperação. "Está tudo pronto. Os equipamentos foram montados e a RTP já assegurou a formação profissional dos técnicos são-tomenses que vão trabalhar na estação".

Mas os franceses negam a

sua responsabilidade neste processo. Jean-Claude Moufu, director da Empresa de Água e Electricidade, disse recentemente numa entrevista divulgada pela televisão e pela rádio de São Tomé que, de acordo com o contrato assinado com o Governo local, não lhe cabe qualquer investimento na "modernização ou reabilitação" dos fornecimentos. "Cabe-nos apenas a gestão do que já existe", afirmou.

E, no que diz respeito à energia para a nova televisão, os franceses avançam com um projecto que custaria ao Estado de São Tomé cerca de 250 mil francos franceses (sete mil contos), destinados à compra de equipamentos e acessórios que permitam a criação de uma linha permanente de electricidade entre os geradores e os estúdios.

A alternativa, acrescentam os franceses, no caso de não haver dinheiro, seria "cortar a energia a uma parte substancial dos consumidores", desviando-a para a televisão, dado que a electricidade é garantida apenas por quatro grupos de geradores — que nem sempre funcionam em

simultâneo. "Mas isso seria gravíssimo", concluem.

No entanto, esta argumentação não convence as autoridades são-tomenses, que referem a possibilidade da empresa francesa fornecer electricidade à televisão sem prejudicar "um só consumidor".

A questão de fundo prender-se-ia, assim, com as habituais disputas entre portugueses e franceses, os dois principais investidores ocidentais em São Tomé.

Actualmente, a Televisão de São Tomé e Príncipe ilustra o seu telegiornal com imagens fornecidas pelo canal France International, recebido via satélite no território através de uma antena parabólica instalada pelo Governo francês. As traduções do francês para português são asseguradas por um tradutor a tempo inteiro, igualmente pago por Paris.

Com a abertura dos novos estúdios financiados por Lisboa e a anunciada emissão da RTP por satélite, a cooperação portuguesa ganharia um peso muito maior em São Tomé, daí a explicação para "o boicote".

Mas a guerrilha entre franceses e portugueses não se resume à televisão. Paris instalou também uma parabólica na rádio nacional de São Tomé, que fornece o serviço África da France Press à estação. Por seu lado, Portugal investiu cerca de meio milhão de contos na recuperação de três estúdios e num projecto para a abertura de mais um canal.

Mas a França anunciou, já para as próximas duas semanas, a oferta de um mini-autocarro de transporte de pessoal e de um estúdio móvel.

O Governo de Paris tenciona ainda intervir mais directamente na agência noticiosa de São Tomé, a "STP-Press", que conta igualmente com a assistência técnica da Lusa e uma linha permanente da agência noticiosa portuguesa. ■

Língua Viva em 1992

A RTP iniciará no princípio do próximo ano a produção dos primeiros 60 episódios, de 25 minutos cada, do projecto "Língua Viva", destinado ao ensino da língua portuguesa nos países africanos lusófonos e nas escolas de português que funcionam junto das comunidades de emigrantes.

Posteriormente, serão realizadas mais duas séries de programas: uma de 60 episódios e outra de 70. Esta série, semelhante à produção britânica "Follow Me", tem a autoria pedagógica de Aldónio Gomes e de Fernanda Cavacas, responsáveis pelo "Projecto de Expansão e Melhoria Qualitativa do Ensino da Língua Portuguesa" em África, da Fundação Calouste Gulbenkian.

As vídeo-cassetes, acompanhadas de um suporte escrito, serão exibidas nas televisões africanas lusófonas e estarão ao dispor de professores e escolas de português que necessitem de materiais audiovisuais para as suas turmas.

Os episódios terão uma "linha de ficção simples", centrada no dia a dia de um clube recreativo onde convivem cinco personagens principais — jovens e adultos — e várias personagens secundárias. ■ J.F.

SEMÁNARIO 26 OUT 91

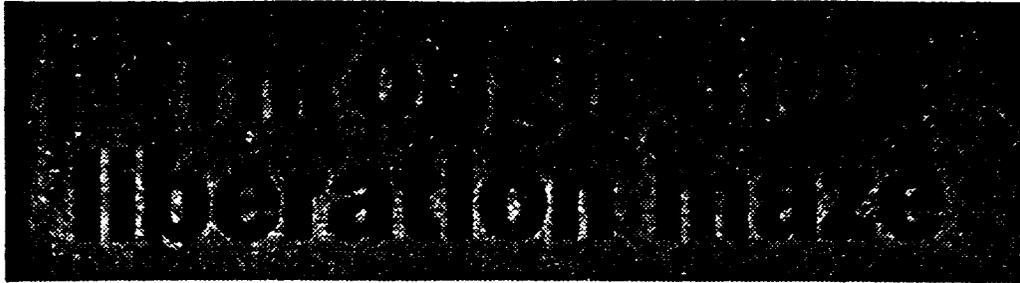
S.Tomé renova

São Tomé e Príncipe vai alterar radicalmente o seu sistema bancário. O Banco Nacional de São Tomé, que acumulava até agora as funções de banco central, banco comercial e caixa nacional de poupança, vai deste modo ser substituído por três instituições bancárias distintas. Assim, o banco central passará a ser responsável pela

emissão de dinheiro e controlo da liquidez, o Banco Comercial Internacional vai realizar as transacções com o exterior e a Caixa de Crédito terá como funções estimular e orientar a poupança nacional para projectos de desenvolvimento económico e social. Esta reestruturação foi preparada com o auxílio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), e prevê também a criação do Fundo Social para as Infra-estruturas e do Fundo Especial de Investimentos.

Voices of the townships

With the African National Congress dominating negotiations and government hit squads murdering activists, the South African left is struggling to find a role. The South African Communist Party has floundered but some members have had second thoughts and there is disagreement over the recent peace accord. The next test is a conference on 25-27 October to form a patriotic front. socialist reporters Kurt Tauscott, Adam Hame and Paul Samu in South Africa look at the left's turmoil



SINCE the mid-1980s, the African National Congress (ANC) has been the dominant political force in the mass movement. Its ability to use the Freedom Charter as a focus for the democratic aspirations of the black majority, the magnetic attraction of its armed wing *Umkhonto we Sizwe* on a generation of militant township youth and the stature of Nelson Mandela have made it the most powerful organisation in the country.

At its July congress, the ANC stressed that it remains a liberation movement, not a political party. It is committed to creating "a united, democratic non-racial and non-sexist state" and eliminating apartheid colonialism, but is not explicitly socialist.

To the ANC's left are a range of liberation movements, parties, trade union federations and other organisations. Most prominent are the South African Communist Party (SACP) and the Congress of South African Trade Unions (Cosatu), which have joined a tripartite alliance with the ANC.

There are three important inheritors of black consciousness traditions. The Pan Africanist Congress (PAC), the liberation movement legalised with the ANC last year, has strong pockets of support and has mounted large demonstrations. It

emphasises recovery of land from white settlers and uses strong African nationalist slogans such as "one settler one bullet".

The Azanian People's Organisation (Azapo) is an internal liberation movement and is smaller than the PAC. It has a working-class base, is overtly socialist and has a strong women's wing, Inbeleko. The National Council of Trade Unions (Nactu) is much smaller than Cosatu and is linked to the PAC and Azapo.

There are at least two important independent left groups: the Workers Organisation for Socialist Action (Wosa), which has about 500 members, and the Marxist Workers Tendency (MWT) which is an entrust group inside the ANC.

Finally, there are hundreds of community and neighbourhood organisations, known as civics, which are often the dominant group in a community. Many people are in several bodies, such as a civic, a trade union, the SACP and the ANC.

It is 18 months since many organisations were legalised and policies and alliances change rapidly. Two meetings will be important - an attempt to form a patriotic front later this month, and a proposed Cosatu-Nactu workers' summit.

Meanwhile, mass action continues, including rent strikes, service boycotts and a rising tide of industrial action.

THE struggle against apartheid has imbued in South Africa's mass organisations - trade unions, community groups and rural committees - a commitment to both socialism and democracy.

South Africa's black majority has been shunted from farm to township and plough to assembly line in four decades. This experience, and the daily sight of a third world landscape punctuated by rich, white cities, created a desire for socialism.

Under apartheid, workers' and community movements grew with no political space for unwieldy bureaucracies - instead they depended on militancy and imagination. Until recently, strikers faced state violence, harassment and received no welfare. This bred a strong sense of solidarity and a remarkable tradition of democracy and accountability.

But other forces were set in motion when the government released Nelson Mandela from prison in February 1990 and legalised exile organisations, and when Mandela began negotiations with the white government and capitalists.

The ANC retains vastly more support than any other group. But as the negotiations stumble along, the centralised national liberation tradition of the ANC begins to sit uneasily with the experience of many grassroots militants who have built accountable and democratic struc-

tures through the struggles, uprisings and mass militancy of the 1980s.

This uneasiness was expressed in July's ANC and Cosatu conferences. It was shown in the refusal of the PAC, Azapo and Wosa to join the ANC/National Party/Inkatha Freedom Party conference which signed the National Peace Accord on 14 September. And it is surfacing again in debates on the patriotic front.

At the Cosatu conference, there was concern about what was seen as the undemocratic way in which ANC leaders handled the talks about talks with the government. In particular, there had been little consultation with the other tripartite alliance members, Cosatu and the SACP, on key issues like workers' "stayaways".

At the ANC's first legal conference inside South Africa for three decades, newly elected president Nelson Mandela admitted that delegates had criticised the leadership for lack of "sufficient consultation before we entered negotiations on a particular issue", and that "there has been no systematic and regular reporting on the outcome of negotiations, and the membership has remained ignorant of what was going on in these discussions".

The conference stressed the need for the ANC "to provide opportunities for the masses to assert their just demands" and for the ANC to involve "organs of peoples' power".

QUESTIONS: THE PEACE ACCORD

Peace at any price?

Nelson Mandela's release was followed by an orgy of government-sponsored violence, committed by death squads and Inkatha, which left thousands dead and which made organising much more dangerous.

On 14 September, the ANC, Chief Buthelezi's right-wing Inkatha and the National Party signed a peace accord. But the PAC, Azapo, and Wosa refused. They feared the peace accord would force the dismantling of community street, defence and education committees.

Recently elected WOSA general secretary Carl Brecker said the ANC was trying "to persuade popular organisations of the people to serve as

extensions of the state apparatus, working hand in glove with the police and military. The proposed local and regional dispute resolution committees are a method for tying popular organisations into state forms. It means in practice that popular organisations are being forced to accept partial responsibility for the violence."

Some critics say that in signing the accord, ANC officials ignored conference decisions demanding more accountability. New structures were set up without the rank and file of the trade unions or the civics ever seeing the document. They ask if this was, in effect, the first act of an interim government-in-waiting.

QUESTIONS: THE PATRIOTIC FRONT

What kind of unity?

Intense negotiations are under way about a joint ANC-PAC patriotic front conference planned for 25-27 October in Durban. The ANC wants to form a broad front with black businesspeople, church leaders and bartustan leaders, as well as political parties and liberation movements.

The PAC, Azapo, and Wosa want a narrower, anti-government front of liberation movements. They want to exclude businesspeople and those linked to the present white government.

Underlying this is a more basic concern about

the transition to a post-apartheid South Africa. The PAC and Azapo continue to push for an elected constituent assembly to write a new constitution.

But the ANC calls for an all-party congress first. The PAC fears this will lead directly to a non-elected interim government, perhaps based on representatives of the groups at the patriotic front conference. But the situation is changing, and both sides are playing with labels. The PAC now suggests it won't accept an all-party congress but will accept a pre-constituent assembly conference.

Not quite a mass party

Communist Party

TO be part of the crowd at the First National Bank Stadium in Soweto in July last year was to be part of a historic occasion.

The exiled, imprisoned or underground leadership of the South African Communist Party showed their faces for the first time to the 40,000 people who packed the stadium to see them.

The red flag, with its hammer and sickle, symbolised for many the thread of socialism running within the national liberation movement.

"Joe Slovo said that the SACP would be turned into a mass party and that every internal committee would be directly elected within a year; many of us thought it was the answer," said

an official of the National Union of Metalworkers (Numsa).

Many respected trade union leaders with anti-stalinist backgrounds joined, including Numsa leader Moses Mayekiso. They thought they would find a natural home in a party that had legitimacy in the liberation movement. Slovo's speech and the international communist movement for democratic renewal made the prospects more attractive.

Some also joined from a fear of being cut off from the mass movement around the ANC.

SOCIALIST 9-22 OCTOBER 1991

From Zimbabwe to Namibia, disunity has left a bloody trail.

SACP membership grew to more than 10,000 but it did not become a mass party - workers did not flood in.

The party retains a strong influence within the ANC but it is becoming indistinguishable from it. Chris Dlamini, Cosatu vice president and a member of the SACP's Internal Leadership Group, said the role of the SACP was "to ensure a socialist voice"

in the alliance with the ANC. The SACP "will speak purely for the working class".

But Slovo told the Cosatu congress in July that socialism is "not immediately on the agenda". When Mayekiso did not gain enough votes at the July ANC conference to reach the national executive, it was seen as a failure of the SACP to promote a socialist worker-leader.

Activists point to the difficulty in sustaining or enlarging branches because of the SACP's lack of a distinctive programme. Activists in trade unions and

civics find they must put forward the line of the ANC: for negotiations, for an interim government, for the peace accords. There is nothing distinctively working class about these demands and this has led to widespread frustration. Branch activity is limited to theoretical readings and identification of key individuals for recruitment.

The SACP congress planned for December may deal with some of the contradictions. A minority will fight for an independent profile for the SACP and a political platform which consists of more than united action with the ANC. But the leadership will probably gain support to continue on the same track.

Workers in command

Wosa

WORKERS' Organisation for Socialist Action is an independent left organisation formed last year. General secretary Carl Brecker argues that "the ANC is not challenging the rule of capital in South Africa".

"Of course we want one-person, one-vote. But it is dishonest to say that this will transfer

power to the people," Brecker stresses.

There is a need for a democratic socialism that goes beyond votes. "It means the capacity to make decisions, not only the right to have a job but also the need to decide how to produce and what to produce - workers' control and trade union democracy at the level of decision-making.

"It also means direct participation in running our communities, which is about how we are going to tackle the problems of living day by day."

Power in a union

Cosatu

WITH 1.8 million members, the Congress of South African Trade Unions is the largest trade union federation in South Africa and is part of the tripartite alliance with the ANC and SACP.

"The trade union movement wants to change society, but it cannot do this alone. It needs to influence other organisations - it

needs friends to push our aspiration," said Moses Mayekiso of the National Union of Metalworkers. "Workers see the ANC as a vehicle to achieve their ends."

Cosatu general secretary Jay Naidoo said: "The forces ranged against us are very powerful - big business, imperialism and a powerful state. We ourselves will need a powerful state oriented toward the working class, and the ANC has to be strong."

But a minority opposes close links with the ANC. They feel that the ANC uses Cosatu to rubber-stamp policies without

consulting member unions. "The people must feel they are setting the pace. Now it seems the ANC national executive committee is setting the pace," said James Motlatsi, president of the National Union of Mineworkers.

"When we go in to factory negotiations, we have constant report-backs. The people on the ground then assess the situation. They are the ones that guide the process. With the ANC it is the other way round," argued Sipho Kubheka, vice-president of the Paper, Printing, Wood and Allied Workers Union.

Business gears up for the Brazil bash

THE WEEKLY MAIL, October 18 to October 24 1991

Southern Africa's industrialists seem to be taking next year's Earth Summit in Brazil seriously.

They, and grassroots organisations, are meeting in Cape Town next week.

By FERIAL HAFFAJEE

BIG business in southern Africa is getting ready to put its environmental concerns firmly on the agenda of the Earth Summit to be held in Brazil next year.

Industrialists from across southern Africa will jet into Cape Town next week to attend a conference aimed at hammering out the first-ever comprehensive environmental policy for businesses operating in the region.

The Southern African International Conference on Environmental Management is to prepare for the Brazil convention, organised by the United Nations Conference on Environment and Development and set to be the biggest international summit ever staged.

It is expected that heads of state from around the world will attend and develop an Earth Charter to regulate economic development and environmental behaviour around the globe.

Business leaders from South Africa, Kenya, Zimbabwe, Zambia, Lesotho, Swaziland, Namibia and Botswana will attend the Cape Town conference to examine common issues that they face. And a team of international experts will summarise the southern African proceedings so that these can be tabled and discussed in Brazil.

"This will be the most significant environmental conference the region has ever seen," says conference co-ordinator Jonathan Hobbs, Eskom's corporate environmental advisor. "It will bring together many influential people who can effect changes pretty quickly."

A keynote speaker will be American Nigel Blackburn, the head of the International Chamber of Commerce (ICC) and one of the architects of the Business Charter of Sustainable Development. He will also prepare input for Brazil.

Speakers from the Business Council for Sustainable Development, a coalition of top executives from around the world interested in the greening of industry, will also attend.

Another speaker, Hugh Faulkner, from Switzerland and head of the ICC's Environmental Unit, is de-

scribed as "one of the leading lights in environmental thinking in the business community" by Hobbs.

The Cape Town conference has its roots in the successful formation of a new body called the Industrial Environmental Forum. The forum was started last year by about 30 South African business leaders committed to the continual improvement of environmental awareness in their companies.

The success of their venture prompted them to attempt to open the dialogue to a wider audience of political leaders, unions and academics through the medium of the conference. It is also aimed at "providing feedback, review and regional follow-up from the World Industry Conference on Environmental Management held in Rotterdam in April this year", says Hobbs.

The Business Charter was launched at the Rotterdam conference. Drawn up by the ICC, it is intended to underpin big business' environmental policies worldwide and will be integral to next weekend's conference.

"It will also be tested for its Africa relevance," says Hobbs.

Various working groups will debate and discuss aspects of the Business Charter. Among the most important is the charter's premise that "versatile, dynamic, responsive and profitable businesses are required as the driving force for sustainable economic development and the resolution of environmental challenges".

The charter's first principal is that environmental management should be among the highest corporate priorities and should be integrated into all levels of management. It also upholds the importance of environmental impact studies in all project planning. And it commits companies to develop and provide services that:

●Have no undue environmental impact

●Are safe in their intended use

●Are efficient in their consumption of energy and natural resources

●Can be recycled, reused or disposed of safely

A large part of the charter stresses the importance of environmental education, advice and research as well as the importance of relevant and regularly updated environmental audits.

Delegates will decide how to undertake this task in South Africa.

A potential flaw in the landmark conference is the lack of genuine labour

participation. Hobbs has no confirmations from the country's biggest union federations, the Congress of South African Trade Unions and the National Council of Trade Unions, that they will be sending representatives.

The National Union of Mineworkers, Cosatu's biggest affiliate, has confirmed, however, that it will be sending a delegate.

The labour perception of environmental protection is one of crucial importance to the growing body of environmental activism in South Africa and could bring important new dimensions both to the Cape Town conference and to the Brazil conference.

An African National Congress representative from the organisation's environmental desk, Stanley Samgwani, will attend the conference. Samgwani, who is based in Kenya, also works for the UN. In addition the Environmental Development Agency, the Environmental Monitoring Group and Earth-life Africa are sending delegates to the Cape Town conference.

Hopefully, the conference will go some way toward changing the "negative environmental perceptions and attitudes of many black people."

De Klerk acusa ANC de violar acordos

O JORNAL 25.10.1991

Agricultores brancos dispostos a pegar em armas

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

A ÁFRICA do Sul (no plano interno) continua a viver horas dramáticas e de angústia, muito especialmente os milhões de indivíduos negros que vivem (ainda) nas «townships» onde o caos e a anarquia prosseguem sem que alguém os consiga deter.

Assaltos a comboios, disparos a sangue-frio, intimidação de toda a espécie, causam o desassossego e

continuam a semear o pânico entre a comunidade negra do país, provocando semanalmente a morte de dezenas de pessoas.

Para os observadores, assume-se a ideia de que efectivamente o governo perdeu o controlo na imensidão das aldeias negras — e tanto a polícia como o exército deixam «correr o marfim» enquanto alguns dos seus elementos vão também morrendo.

Enquanto isto, o presidente Frederik de Klerk, que está a ficar cada vez mais só num processo de negociações doloroso e não isento de erros cometidos por parte do governo, lança violento ataque ao Congresso Nacional Africano acusando-o de

ter violado o Acordo Nacional de Paz assinado em Setembro, aqui em Joanesburgo.

Falando numa reunião de cúpula do Partido Nacionalista de que é líder, na província do Cabo, De Klerk acusou o ANC de «uma política maliciosa, infundada e infeliz».

O Congresso Nacional Africano tem vindo, insistentemente, a responsabilizar a polícia e o exército pelos «massacres» ocorridos, com grande frequência, nas aldeias negras e De Klerk considera essas alegações como «falsidades e hipocrisia».

«O ANC continua, exactamente, a fazer marcha-atrás num processo de negocia-

ções que não anda, devido à acção negativa do movimento do senhor Mandela» — disse o líder do Partido Nacionalista.

O presidente sul-africano afirmou também que o seu governo tudo tem feito no sentido de atender as reclamações apresentadas, quase diariamente, pelo ANC, «mas que na maior parte dos casos não há motivos que justifiquem a sua intervenção, porque as agressões partem dos próprios elementos do Congresso Nacional Africano».

Reagindo a estas declarações de Frederik de Klerk, o porta-voz do ANC, Carl Niehaus, considerou que «se trata de ataques irresponsá-

veis do representante da minoria».

Agricultores em armas

O Sindicato dos Agricultores Brancos da África do Sul avisou o Congresso Nacional Africano sobre os perigos que o movimento corre no processo de nacionalizações das terras que pretende colocar rapidamente em marcha.

Os agricultores brancos reagiram à ameaça do ANC. «Não nos forcem a pegar em armas para defesa do que herdámos dos nossos antepassados», avisaram os agricultores.

O Congresso Nacional Africano tem planos para

nacionalizar cerca de 5 milhões de hectares de terra arável, «ocupada» por agricultores brancos.

De acordo com um documento do ANC, «trinta e oito grandes fazendas vão ser alvo de estudo e, parte delas, irão para as mãos dos negros».

Sustenta o ANC que 58 mil fazendas, correspondentes a 85 milhões de hectares, são propriedade de brancos, em comparação com 72 mil hectares que são trabalhados por indianos.

Para o Congresso Nacional Africano, a «redistribuição das terras é facto inevitável» e «que a minoria do país terá de estar mentalizada para essa acção que não deve tardar».

SOUTH AFRICA Taking Down The Barriers

TIME, NOVEMBER 4, 1991

Although South Africa's blacks are still a long way from gaining political equality with whites, there are ample signs that the apartheid system is crumbling—as are the international sanctions that were erected against it. Last week Japan, following the U.S. by three months, lifted economic restrictions. A few days earlier, the Commonwealth nations decided to permit a resumption of sporting and cultural events. Despite the Commonwealth governments' decision to keep financial sanctions against South Africa in place for now, a renewal of trade and investment is expected to follow.

The changes are generally approved by the African National Congress, South Africa's leading black political group. Earlier this year, the A.N.C. gave its blessing to the resumption of certain cultural contacts, paving the way for visits by such black artists as singer Miriam Makeba, trumpeter Hugh Masekela and jazz pianist Abdullah Ibrahim. Since then, South Africa has been invited to field a team at the 1992 Olympic Games in Barcelona. ■

Japão ignora ANC e levanta as sanções

SEMANÁRIO
26 OUT 91

Apenas um dia depois dos líderes da Commonwealth terem chegado a consenso em Harare sobre o levantamento gradual das sanções contra Pretória, o governo japonês criou uma dor de cabeça adicional ao Congresso Nacional Africano, anunciando o fim do seu pacote de sanções económicas. Segundo o governo de Tóquio, a decisão baseou-se na convicção de que o processo de desmantelamento do apartheid é, agora, irreversível.

Na verdade, este mais não foi do que o desfecho previsível duma política por muitos considerada ambígua na aplicação das sanções. Os números dos últimos anos revelam que houve uma estagnação significativa nos prósperos negócios entre a África do Sul e o Japão e que as empresas nipónicas têm perdido bastante em resultado das sanções, mas outros factores contribuíram para que os apetites japoneses sobre a África do Sul nunca tenham esfriado. O Japão

depende quase cem por cento do exterior em metais estratégicos, a maioria dos quais abundam no subsolo sul-africano. Talvez por isso - mas não só - apesar de ter apoiado os sucessivos embargos impostos pela ONU desde o massacre de Sharpeville, em 1969, o Japão continuou a ser um dos principais parceiros económicos da África do Sul.

No ano passado, as trocas comerciais entre Pretória e Tóquio totalizaram 3,3 biliões de dólares, o que constitui apenas uma pequena parcela do que poderia ser alcançado sem sanções. O Japão esperava com impaciência o momento oportuno para levantar as sanções. Na semana passada havia sido dado o sinal, quando seis das maiores empresas siderúrgicas japonesas anunciaram a assinatura de um contrato com a Iscor sul-africana, ao abrigo do qual a Iscor venderá à Nippon, NKK, Kobe Steel, Kawasaki e Sumitomo 4 milhões de

toneladas de minério de ferro, durante um período de cinco anos, a começar ... logo que as sanções sejam levantadas pelo governo. As verbas envolvidas não foram publicitadas, mas acredita-se que elas ascendem a 1 bilião de randes.

A grande maioria das empresas japonesas que continuam a operar na África do Sul são-no, hoje, apenas de nome porque na altura da retirada o capital foi comprado por investidores locais, que em muitos casos - como a Toyota e a Mazda/Mitsubishi - não só mantiveram um "ritmo japonês" como se têm expandido para outros mercados externos em nome da indústria sul-africana. Exemplar é o caso da Samcor, a empresa que fabrica localmente os veículos Mazda e Mitsubishi, que exporta hoje milhares de automóveis, por exemplo, para a Grã-Bretanha, e que já recebeu, inclusivamente, sinais da Mazda japonesa que estaria interessada em recuperar 24 por cento

das quotas que antes das sanções ali detinha.

Esta decisão japonesa segue-se a idêntica medida tomada pela CEE em Dezembro do ano passado e pelos Estados Unidos em Julho último. Sabendo-se que os empresários japoneses sabem como ninguém "pegar globalmente num mercado" (os americanos que o digam...) é previsível que outras nações do Oriente lhe sigam as pisadas para não correrem o risco de se atrasarem irremediavelmente na conclusão de negócios em toda a África Austral, para a qual a África do Sul é a porta natural.

O Congresso Nacional Africano, através do seu porta-voz Saki Mokoza, lamentou profundamente a decisão japonesa, dizendo que ela derivou de uma interpelação errada da situação interna sul-africana. Um jornalista presente na Conferência de Imprensa de Mokoza chegou mesmo a perguntar-lhe se o ANC está mesmo

convencido de que todo o mundo está errado em face das constantes decisões contrárias aos apelos da organização, ou se não estará, ao invés, o ANC enganado. O porta-voz ficou visivelmente embaraçado e esclareceu que para si o mais importante é ter a certeza de que haverá um futuro governo maioritário na África do Sul, sendo esse o marco na questão de uma alteração da sua posição.

Embaraçados não ficaram certamente os milhares de novos desempregados sul-africanos que sofrem os efeitos da crise económica. Rejubilante ficou, sem dúvida, o governo do presidente De Clerk depois de uma semana de vitórias em duas frentes: em Tóquio e na Commonwealth. Para o ministro dos Estrangeiros, Roelof Pik Botha, a África do Sul deixou de facto de estar isolada e "o mundo está a dar-nos razão, isto é muito bom para todo o povo sul-africano".

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 DE OUTUBRO DE 1991

OUA exorta ANC e PAC a formarem «larga frente unida»

A ORGANIZAÇÃO de Unidade Africana (OUA) afirmou pretender que a conferência da Frente Patriótica, que reúne actualmente em Joanesburgo os dois principais movimentos nacionalistas negros do país, o ANC (Congresso Nacional Africano) e o PAC (Congresso Panafricano), conduza à criação de uma «larga frente unida para a vitória final contra o apartheid».

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 DE OUTUBRO DE 1991

ANC e PAC criaram Frente Patriótica para negociar com Governo e De Klerk

OS DOIS principais movimentos nacionalistas negros da África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africano (PAC) anunciaram, ontem, em Durban, a criação de uma Frente Patriótica, para que haja uma só voz durante as próximas negociações constitucionais com o Governo e o Presidente De Klerk. Mais de 80 organizações farão parte desta aliança, dirigida pelo ANC e pelo PAC, que, segundo o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, representa «largamente mais de 15 milhões de pessoas», ou seja, cerca de metade da população.

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 28 OUTUBRO 1991

Frente Patriótica na África do Sul

OS DOIS principais movimentos nacionalistas negros da África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan Africano (PAN), anunciaram ontem de Durban a formação de uma "Frente Patriótica" que representará as duas organizações durante as próximas negociações constitucionais com o Governo do Presidente Frederik de Klerk. Mais de 80 organizações diferentes passam também a fazer parte deste nova aliança, na perspectiva do secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, representa "mais de 15 milhões de pessoas", cerca de metade da população do país. A resolução adoptada por unanimidade na primeira exige a eleição por sufrágio universal de uma Assembleia Constituinte que redigirá uma nova Constituição. Para já, os participantes propuseram a formação de uma administração intermédia, para supervisionar o processo de transição e que substituirá o actual Governo, considerado "ilegal, ilegítimo e descreditado". ■

PUBLICO

22 OUTUBRO 1991

Sangue na África do Sul

PELO MENOS 35 pessoas foram mortas num fim-de-semana sangrento em bairros negros dos arredores da Cidade do Cabo e de Joanesburgo, anunciou ontem a polícia desta cidade, elevando para 200 o número de vítimas mortais desde que o ANC e o Inkhata celebraram um acordo de pacificação. Entre os exemplos dados pela polícia, constam: o assassinio de dois militantes do ANC por adeptos do Inkhata, junto à casa de Nelson Mandela no Soweto; um homem queimado em Alexandra, também nos arredores de Joanesburgo, por desconhecidos que incendiaram a sua barraca; nove homens mortos nos arredores da Cidade do Cabo, também por incêndio das suas habitações. ■

PUBLICO

SEXTA-FEIRA, 25 OUTUBRO 1991

OUA visita África do Sul

O TANZANIANO Salim Ahmed Salim torna-se hoje o mais elevado responsável da Organização de Unidade Africana (OUA) a deslocar-se à África do Sul, quando chegar a Durban para assistir à reunião de abertura da "Frente Patriótica". A visita do secretário-geral da OUA representa um apoio tácito à organização que agrupa a oposição de esquerda ao regime de Pretória, mas também mostra até que ponto este já ultrapassou o seu isolamento internacional. ■

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 28 OUTUBRO 1991

África do Sul vai aos Jogos de Barcelona

O CONGRESSO Olímpico e Desportivo Nacional Sul-Africano (NOSC), próximo do Congresso Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela, deu ontem o seu acordo no fim de uma reunião especial para decidir enviar uma delegação sul-africana aos Jogos Olímpicos de Barcelona. O presidente do NOSC, Mluleki George, sublinhou que a equipa deverá representar de forma "adequada" os atletas negros, já

que "eles deram legitimidade ao desporto sul-africano". Mluleki George disse também que todos os símbolos do "apartheid" deverão desaparecer. Em caso de vitória sul-africana, o hino nacional colocará igualmente um problema. A versão "afrikaner" e inglesa do "Die Stem" é inaceitável para os atletas negros que consideram o "Nkosi Sikeleli Afrika" ("God Bless Africa") como o verdadeiro hino. ■

THE ECONOMIST OCTOBER 26TH 1991

The Commonwealth Resounding tinkle

FROM OUR KARARE CORRESPONDENT

THE thunder of the Victoria Falls sounded far more momentous than the declaration agreed upon nearby by the Commonwealth's leaders, at the "retreat" in the middle of their two-yearly meeting. Some had hoped that the Commonwealth summit, which finished on October 21st, might push ahead the awkward negotiations on South Africa's constitutional future, while also proposing ways to promote democracy and human rights in all 50 member countries. The resulting torrent of words did indeed include phrases calling for democracy and sound economic policies, but they were drowned in a flood of platitudes, panaceas and placebos.

The hope of movement on the South African front collapsed when Nelson Mandela, a guest at the meeting, objected to a scheme proposed by President Kenneth Kaunda of Zambia. His idea was that President F.W. de Klerk of South Africa, and Chief Mangosuthu Buthelezi of the Inkatha Freedom Party, should also be asked along. His Commonwealth colleagues did not agree.

Britain's prime minister, John Major, argued that it was a significant achievement to get endorsement of human rights and democracy by all 50 members, especially as only half of them live up to those principles. India and Malaysia, anxious to preserve their own ways of doing things, fought with spirit against mentions of pluralism and the linking of aid to human rights. The meeting's host, President Robert Mugabe of Zimbabwe, faced with student protests about a lack of academic freedom, testily told jour-

nalists that the protesters would be disciplined as his government saw fit.

Several of the Commonwealth's poorer members resisted a proposal for a standing commission on human rights. The Commonwealth's new Human Rights Unit got no addition to its budget of just £170,000 (\$290,000) a year; instead, according to Commonwealth insiders, the secretariat hopes to rearrange its budget of £7.9 million, redeploying personnel and funds to promote democracy. Commonwealth election-monitoring teams have recently been in Malaysia, Bangladesh and Guyana, as well as in Zambia.

As far as news went, the meeting in Zimbabwe was remarkable mainly for the absence of dissension and its reliable promoter, Margaret Thatcher. The British reservation on South African sanctions in the final communiqué was perceived as a reasonable dissenting view, not a broadside designed to sink the whole plan; Mr Major wants financial sanctions to be dropped if an interim South African government thinks the time is right, whereas a pre-negotiated draft had proposed that financial sanctions be lifted only once a new constitution had been completely written. The British won further plaudits when Mr Major announced the decision to cancel a big slice of poor countries' debts, on what are known as the "Trinidad terms"; Brian Mulroney, for Canada, smartly followed.

The Commonwealth need not be written off because it did nothing spectacular in Zimbabwe. Its new Nigerian secretary-general, Emeka Anyaoku, is a steady administrator; a new ten-nation "appraisal group" could make the organisation more effective in promoting its newly repeated objectives of more democracy, more respect for human rights and sounder market-based economic management. Nobody expects the job to be done right away. It will take a while to get right all of the things the British empire got wrong.

Namibia set to give land to the people

antonio johala

LAND is Namibia's most burning issue, and this month prime minister Hage Geingob will put initial plans for land reform before parliament. His proposals will be based on guidelines laid down by a unique land reform conference in July.

Five hundred delegates from all ethnic groups, political parties and economic strata argued for six days to reach agreed recommendations.

In the queue for the microphone a right-wing Afrikaner could be seen chatting with a Swapo Women's Council delegate before he said the land was his, and she slammed "blood-stained racist colonialists" who had stolen her land.

"This was unthinkable two years ago — they would have killed each other," commented Nama Goabab, a researcher from the Namibian Economic Policy Unit which organised the conference.

But the show of reconciliation since independence last year was only the start. The conference successfully grappled not just with redressing the colonial heritage, but also with injustices in the traditional system against women and the poor.

During a year of preparation, independent researchers went to all parts of Namibia to discuss land.

They prepared reports setting out the issues, and a local film maker produced videos showing what the researchers found.

One showed a woman whose

two sons had come back from the armed struggle. She did not have enough land for all three, but the traditional chief would only allocate her more land if she paid seven cows, which she could not afford.

The conference concluded that the role of traditional leaders in land allocation must be defined by law.

The conference also decided that all laws and customs which discriminate against women must be abolished, and called for loans and training so women can "compete on equal terms with men".

Conflict

The most intense conflict is over ancestral land. Namibia has a long history of battles between indigenous groups over scarce water and grazing land, as well as conflicts with settlers.

Despite pleas to return land to original owners, the conference decided that "given the complexities in redressing ancestral land claims, restitution of such claims in full is impossible".

Whites are only 5 per cent of the population but have 60 per cent of the land, and they enjoy the best resources and large subsidies — half of all commercial farms are owned by South Africans.

There was strong pressure to confiscate all settler farms, but the conference reached a compromise. No one can own more than one large farm, non-resident foreigners cannot own farms, and no one can have a large underused farm. Such land will be redistributed.

Remaining owners of large farms will pay a land tax and receive no subsidies. Farm workers will be given a charter of rights and a minimum wage.

Namibians are now waiting to see if Geingob sticks to the policies agreed at the confer-

ence or makes concessions to the big landowners, who have been lobbying him.

The conference created a grassroots momentum "which will prevent the government squashing land reform", Goabab said.

Zambia

THE ECONOMIST OCTOBER 16TH 1991

Revolution by ballot

FROM OUR LUSAKA CORRESPONDENT

IF THEY bring it off, they will be the first English-speaking African country to do the trick. On October 31st Zambians have the chance to use ballots, not bullets, to oust the president and party that have led them since they became an independent nation in 1964. In 1972 President Kenneth Kaunda's ruling United National Independence Party (UNIP) declared itself the sole authorised party. It is expected to lose next week's election to the Movement for Multi-

party Democracy (MMD), led by a trade-union boss, Frederick Chiluba.

The MMD is a broad coalition of businessmen, trade unionists, academics, churchmen and dissident UNIP politicians. They include free-marketeers, social democrats and a few old-style Marxists. Though they are united in the hope of ousting Mr Kaunda, there is little ideology in the debate. Both parties promise privatisation and liberalisation, to attract foreign investors. Both promise diversification away from copper, which has provided 90% of Zambia's foreign exchange and is fast running out. The ruling party says that it alone can maintain "peace and stability", while the MMD is untried, tribalistic and tainted by drug smuggling and other rackets. The MMD retorts that it will respect human rights and restore the prostrate economy.

Either winner will find that difficult, given the country's rocketing inflation, huge budget deficit and foreign debt of nearly \$7 billion. By refusing to decontrol the price of maize Mr Kaunda last month soured relations with the rich donor nations that had promised to help. Mr Chiluba promises that his government would at once start paying farmers more for maize, to stop them smuggling it across the borders for three times the Zambian price. Food subsidies would be restricted to the poorest of the poor. Since the subsidy costs the government \$500,000 a day, cutting it would do much to balance the budget. So would the cuts proposed by Mr Chiluba in spending on defence, and on UNIP's hordes of publicly financed activists.

The opposition's advantage is that the government has for a decade failed to stop people getting poorer. The roads have decayed. Most hospitals are understaffed and lack the most basic drugs. Schools have few textbooks, desks or chairs, so that most pu-

pils must sit on the floor. The bloated civil service is aimless, underpaid and corrupt. Mr Kaunda himself has family problems: one of his sons has been implicated in several business scandals, while another is expected to appeal against his recent sentence to hang for shooting a young woman.

To help Zambia survive its election, the Commonwealth, the Organisation of African Unity and ex-President Jimmy Carter's election-watchers will be there to see that it is free, fair and peaceful. UNIP is accused of intimidation, and of burning down houses and grain stores belonging to MMD people. Mr Kaunda has spoken of civil war if he loses. Mr Chiluba admits to being "very scared indeed".